

ATA DA CENTÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 20-11-2017.

Aos vinte dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Dr. Goulart, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro e Prof. Alex Fraga. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Alvoni Medina, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Marcelo Rocha, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Reginaldo Pujol, Reginete Bispo, Ricardo Gomes, Rodrigo Maroni, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. A seguir, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Marcos Leite de Matos Todt, Diretor Vice-Presidente da Associação de Pessoal da Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul, que discorreu acerca da “Campanha em Defesa da Caixa do Povo 100% Pública”. Em continuidade, nos termos do artigo 206 do Regimento, Adeli Sell, Prof. Alex Fraga, Fernanda Melchionna, Aírto Ferronato, Dr. Goulart e Ricardo Gomes manifestaram-se acerca do assunto tratado durante a Tribuna Popular. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e trinta e oito minutos às quatorze horas e trinta e nove minutos. Em prosseguimento, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Mônica Leal, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão. Após, foi aprovado Requerimento de autoria de Fernanda Melchionna, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia vinte ao dia vinte e dois de novembro do corrente, tendo o Presidente declarado empossada na vereança a suplente Karen Santos, informando-lhe que integraria a Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação. A seguir, foi aprovado Requerimento de autoria de Roberto Robaina, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia vinte ao dia vinte e três de novembro do corrente, tendo o Presidente declarado empossado na vereança, após a entrega de seu Diploma e declaração de bens, bem como a prestação do compromisso legal e a indicação do nome parlamentar, o suplente Dr. Marcelo Rocha, informando-lhe que integraria a Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação. Também, foi aprovado Requerimento de autoria de Sofia Cavedon, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia vinte ao dia vinte e dois de novembro do corrente, tendo o Presidente declarado empossada na vereança, após a entrega de seu Diploma e declaração de bens, bem como a prestação do compromisso legal e a indicação do nome parlamentar, a suplente Reginete Bispo, informando-lhe que integraria a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude. Na oportunidade, foram apregoadas Declarações firmadas por Aldacir Oliboni, Vice-Líder da Bancada do PT, informando os impedimentos de Engº Comassetto, Leonel Guterres Radde, Ariane Chagas Leitão, Laura Sito, José Dorley dos

Santos, Margarete Moraes, Baba Diba de Iyemonja, Thiago Gonçalves Braga de Quadros, Pedro Leonardo da Luz Loss e Professor Bernardo em assumirem a vereança do dia vinte ao dia vinte e dois de novembro do corrente. Ainda, foi aprovado Requerimento de autoria de Ricardo Gomes, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares no dia vinte e nove de novembro do corrente. Em prosseguimento, foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, nesta Sessão destinado a registrar o transcurso do Dia do Aviador e da Força Aérea Brasileira, nos termos do Requerimento nº 184/17 (Processo nº 2673/17), de autoria da Mesa Diretora. Compuseram a Mesa: Cassio Trogildo, presidindo os trabalhos; Raul José Ferreira Dias, ex-Comandante do V Comando Aéreo Regional; Arnaldo Silva Lima Filho, Comandante da Ala 3; Jacinto Maia Neto, representando o Comando Militar do Sul; Amaury Gomes Junior, Capitão dos Portos de Porto Alegre; Carlos Adriano Pinheiro Barreira, Comandante do Grupamento de Apoio de Canoas; e Aldemarion Gonçalves, representando a Presidência da Forjas Taurus S.A. A seguir, foi executado o Hino Nacional pela Banda de Música da Ala 3, sob a regência de Luciano Prezzi. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Mônica Leal, em nome da Mesa Diretora, e Valter Nagelstein, este em tempo cedido por Mendes Ribeiro. Após, o Presidente concedeu a palavra a Arnaldo Silva Lima Filho, que se pronunciou sobre a presente solenidade. A seguir, foram executados o Hino do Aviador e o Hino Rio-Grandense pela Banda de Música da Ala 3, sob a regência de Luciano Prezzi. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e vinte e seis minutos às quinze horas e trinta e dois minutos. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Cláudio Janta, Aldacir Oliboni, Adeli Sell e Tarciso Flecha Negra. Na ocasião, foi apregoado Requerimento de autoria de Mônica Leal, solicitado Licença para Tratamento de Saúde do dia vinte ao dia vinte e dois de novembro do corrente. Também, foi apregoado o Memorando nº 042/17, de autoria de Márcio Bins Ely, informando, nos termos dos §§ 6º e 7º do artigo 227 do Regimento, sua participação, do dia vinte e dois ao dia vinte e seis de novembro do corrente, em reunião da Internacional Socialista em Barcelona, Espanha. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Alvoni Medina, Dr. Thiago, André Carús, este em tempo cedido por Paulo Brum, e Reginete Bispo. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Comandante Nádia, Karen Santos e Dr. Goulart. Na oportunidade, o Presidente concedeu a palavra a Reginete Bispo e a Dr. Marcelo Rocha, nos termos do § 8º do artigo 12 do Regimento. Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciaram-se Dr. Marcelo Rocha e Valter Nagelstein, este em tempo cedido por Idenir Cecchim. Na oportunidade, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Aldacir Oliboni, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Após, foi apregoado o Ofício nº 001/17, de Reginaldo Pujol, informando a composição de Comissão Especial para tratar sobre projetos do Executivo acerca do transporte coletivo de Porto Alegre. Às dezessete horas e vinte e três minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Após, foram aprovados Requerimentos verbais formulados por Ricardo Gomes e Luciano Marcantônio, solicitando alterações na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 198/17 (Processo nº

2935/17), por treze votos SIM e seis votos NÃO, após ser encaminhado à votação por Adeli Sell, Ricardo Gomes, Valter Nagelstein, Felipe Camozzato, Prof. Alex Fraga e Dr. Marcelo Rocha, tendo votado Sim Alvoní Medina, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, José Freitas, João Carlos Nedel, Mendes Ribeiro, Paulo Brum, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein e Não Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Dr. Marcelo Rocha, Marcelo Sgarbossa, Paulinho Motorista e Prof. Alex Fraga. Na oportunidade, foram aprovados Requerimentos verbais formulados por Paulinho Motorista e João Bosco Vaz, solicitando alterações na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Discussão Geral e Votação, foram aprovados o Projeto de Lei do Legislativo nº 232/17 e o Projeto de Resolução nº 047/17 (Processos nºs 2119 e 2296/16, respectivamente). Após, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cassio Trogildo, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Discussão Geral e Votação, esteve o Projeto de Lei do Legislativo nº 283/16 (Processo nº 2757/16), o qual, após ser encaminhado à votação por Marcelo Sgarbossa, teve sua votação adiada por duas sessões, a Requerimento de autoria de Cassio Trogildo, aprovado. Às dezoito horas e três minutos, o Presidente declarou encerrada a Ordem do Dia. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª Sessão, o Projeto de Lei do Legislativo nº 329/17; em 2ª Sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 041/17 e o Projeto de Lei do Legislativo nº 281/17. Durante a Sessão, foi registrada a presença de Maria do Rosário, deputada federal. Às dezoito horas e quatro minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada a seguir. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo e Cláudio Janta e secretariados por Mauro Pinheiro. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Registro a presença da Deputada Federal Maria do Rosário. Seja bem-vinda, Deputada.

Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Associação de Pessoal da Caixa Econômica Federal, que tratará de assunto relativo à campanha em defesa da Caixa do Povo e 100% Pública. O Sr. Marcos Leite de Matos Todt, Vice-Presidente da Associação, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

O SR. MARCOS LEITE DE MATOS TODT: Muito boa tarde, cumprimento o Sr. Ver. Cassio Trogildo, todos os Srs. Vereadores e as Sras. Vereadoras. É uma honra para nós podermos ocupar a Tribuna Popular na Câmara de Vereadores, espaço tão fundamental para nossa Cidade, para nossa democracia. É uma honra poder falar em nome da não menos querida APCEF, a entidade dos empregados

da Caixa Federal, uma entidade estadual que tem uma relevante atuação na cultura, no esporte, no lazer de seus associados. Também faz parte da nossa missão defender o caráter público da nossa entidade, a Caixa Econômica Federal.

A APCEF está com uma campanha – assim como a nossa federação, a Federação das APCEFs, a Fenae – aqui no Estado em defesa da Caixa do Povo e 100% Pública. Essa campanha se justifica e está na ordem do dia, porque a Caixa Federal vem sofrendo efetivamente ataques muito duros, como, por exemplo, a redução de cerca de 15%, nos últimos dois anos, de seu quadro de pessoal, e o fechamento de um grande número de agências no Brasil, em especial, aqui no nosso Estado. Além de redução de empregados, nós tivemos, nos últimos dois anos, três planos de demissão voluntária, e não há mais contratação. Portanto, é muito pertinente a gente discutir o papel do banco público, o papel da Caixa Federal, que é um banco diferente dos demais, é um banco que, na verdade, se constituiu na principal ferramenta de aplicação de políticas públicas do Governo Federal, tanto no apoio à cultura, ao esporte como no financiamento de habitação. E na bancarização também, porque, alguns anos atrás, a Caixa adotou uma conta simplificada, que fez com que milhões de brasileiros que antes não podiam ter acesso a uma conta num banco pudessem passar a tê-lo. Nós temos uma série de serviços que são fundamentais para o desenvolvimento do nosso País, e nós afirmamos que a manutenção da Caixa com esse perfil público é fundamental, inclusive, para a manutenção da soberania do nosso País. Nós vemos com muita preocupação um dado objetivo de que, por exemplo, na década de 1990, nós tínhamos 174 bancos privados nacionais e hoje nós temos 79, uma variação de menos 54% aproximadamente. Bancos públicos, sejam federais ou estaduais, nós tínhamos 34 na década de 1990; em 2014, apenas dez, uma variação negativa de mais de 70%. E os bancos estrangeiros, ou com controle estrangeiro, na década de 1990, eram 18, e hoje passaram a ser 64, ou seja, uma variação positiva de mais de 255%. Os bancos privados não têm, evidentemente, essa preocupação com o social, com o desenvolvimento do País, o que os bancos públicos, em especial, a Caixa Federal tem. Nós podemos verificar que, apesar de a economia estar em recessão, o lucro do Itaú, por exemplo, no primeiro semestre de 2017, foi mais de 12 bilhões, e, ao mesmo tempo, nos últimos dois anos, o Itaú fechou 391 agências. Nós podemos ver também a importância do caráter de um banco público, como a Caixa, ao ver os dados de que, no Rio Grande do Sul, apenas 109 Municípios têm a presença de banco privado. Nós temos 248 Municípios, que representam quase dois milhões de gaúchos e gaúchas, que são atendidos apenas por bancos públicos. Isso ocorre porque não interessa ao banco privado manter uma agência deficitária, ou em um bairro que seria deficitário, ou em uma cidade deficitária. A importância dos bancos públicos manterem o caráter público, sem essa transformação em S.A., com a venda de ações para a iniciativa privada, como o Governo Federal está querendo fazer com a Caixa agora, é fundamental para manter o atendimento às populações que mais necessitam, manter não só agências, muitas vezes, deficitárias sim, mas com uma função social importantíssima, para que as pessoas não precisem viajar muitos quilômetros para receber um benefício, para receber um pagamento. Além de agências beneficiárias, a Caixa Federal tem uma série de serviços e financiamentos que também

não dão este tipo de lucro que a gente, geralmente, entende como lucro financeiro. A Caixa responde por cerca de 67% do financiamento habitacional no nosso País, mas vejam que dado interessante, e como diz muito este dado: 67% do financiamento habitacional, mas mais de 90% do crédito de habitação popular. Esse é um dado que mostra muito da importância da Caixa Federal.

Também é fundamental a gente manter a Caixa como esse instrumento de aplicação de políticas públicas do Governo Federal, inclusive, para proteger o nosso País durante recessões, durante crises internacionais. A Caixa Federal já fez isso num passado recente e deve ser fortalecida para continuar nos protegendo com ações anticíclicas, quando o Governo precisar e quiser fazer, por exemplo, políticas de redução do *spread* bancário – todo mundo sabe que o Brasil tem a taxa mais alta do mundo; atuação do Governo promovendo a expansão do crédito através da Caixa e dos bancos públicos com condições mais favoráveis, porque não é possível que o cidadão gaúcho ou brasileiro não tenha condição de crédito ou, se precisar recorrer a um crédito, tenha as condições esdrúxulas – todo o mundo sabe, tenho certeza – que nos são oferecidas, quando mais se precisa, nos bancos privados.

A Caixa Federal se consolidou como o primeiro banco em poupança e habitação no País, como o segundo banco em carteira de crédito, como o terceiro maior banco em ativos e, vejam bem, como a quinta marca mais valiosa do País.

Em 2016, através da Caixa, foram pagos quase 30 bilhões em benefícios sociais, fazendo chegar exatamente em todos os cantos do Brasil esses benefícios; mais de 240 bilhões em benefícios aos trabalhadores e trabalhadoras, e as loterias repassaram, apenas em 2016, quase 5 bilhões à seguridade social, ao esporte e à cultura. Nós afirmamos esses dados, esses números com muito orgulho, porque nós, da APCEF, nós, bancários da Caixa Federal, temos muito orgulho em servir a população. Faz parte da nossa identidade, enquanto trabalhadores e enquanto bancários, saber que somos úteis, porque atendemos não apenas ao cliente que vai dar lucro para o banco, como muitas vezes ocorre no sistema financeiro, sistema financeiro esse que não é possível que continue assim por mais tempo, é preciso exigir contrapartidas. Nós temos orgulho de fazer este debate sempre que for preciso, internamente, na nossa empresa, para lutar para que a Caixa continue com a sua função social forte, mas, em especial, como está sendo necessário agora, de fazer esse debate com a sociedade, porque o *lobby* de quem quer privatizar a Caixa, de quem quer transformar em S.A., de quem quer reduzir a força da Caixa fechando agências, isso interessa a quem? Interessa, em primeiro lugar, aos bancos privados. Então nós, com muito orgulho fazemos a defesa do nosso banco, da nossa empresa não simplesmente para manter nossos salários, porque não é isso que nós queremos.

Nós queremos é continuar podendo ter orgulho de trabalhar para uma empresa que tem uma função social fundamental para o desenvolvimento do País e que precisa continuar existindo, para que os governos que quiserem fazer desenvolvimento social, que quiserem tratar bem as classes trabalhadoras, as classes populares, eles possam fazer através da Caixa. Muito obrigado, a gente pede o apoio da população e

pedimos também que a Câmara de Vereadores faça uma moção em apoio à manutenção da Caixa do Povo. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Convido o Sr. Marcos a fazer parte da Mesa. O Ver. Adeli Sell está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. ADELI SELL: Quero cumprimentar o nosso visitante, saudá-lo em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, com a Liderança do Ver. Aldacir Oliboni hoje, já que a Ver.^a Sofia está de licença – assume no seu lugar a nossa colega Reginete Bispo –, mais o Ver. Marcelo Sgarbossa e eu, Ver. Adeli Sell. Gostaria de dizer que em boníssima hora V.Sa. vem nos colocar o problema da Caixa Econômica Federal. Nós temos que ter mais agências. Quantas e quantas pessoas hoje têm um teto neste País por causa da Caixa Econômica Federal, dos financiamentos do “Minha Casa, Minha Vida” e de tantos outros financiamentos! Onde eu moro, é financiamento da Caixa Econômica Federal.

Então é para nós gratificante ver que os seus servidores vêm à Casa nos colocar essa questão: banco público, 100% público, para ter uma função social, é isso que nós queremos. Está lá na Constituição o direito à dignidade, à moradia, e a Caixa é o caminho. Parabéns, vida longa à Caixa Econômica Federal!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Muito obrigado pela brilhante exposição, Marcos Todt, te cumprimento e também todo o pessoal da APCEF do Rio Grande do Sul por esse movimento. Nós precisamos somar forças para salvar a Caixa, que é nossa e, como tu muito bem disseste, patrimônio do povo brasileiro. A área social é uma área que precisa de investimentos massivos, já que vivemos num País de tamanha desigualdade. Eu listei algumas das atividades que a Caixa faz, de uma delas eu já fui beneficiário, a questão do FGTS. Como trabalhador, já muitas vezes recorri e resgatei os meus recursos do FGTS, inclusive, o meu primeiro financiamento de casa própria foi pela linha de crédito do FGTS. Portanto, devo à Caixa o meu primeiro imóvel, era recém-casado; a questão do seguro- desemprego, importantíssimo; o Fies, o Bolsa Verde, para preservação dos nossos recursos naturais; a questão da administração dos recursos da Farmácia Popular; o Bolsa Atleta é pago também pela Caixa Econômica Federal; um programa que eu não conhecia e, através da pesquisa, descobri “De Volta para Casa”, um apoio para quem esteve internado por longo período também é administrado pela Caixa Econômica Federal. Bancos privados não teriam interesse em

administrar esse tipo de programa, esse tipo de recurso. Portanto, a Caixa é essencial, ela é nossa e precisa ser defendida. Eu falei em nome da minha bancada, temos dois integrantes, dois Suplentes que assumirão dentro em breve: a ver.^a Karen e o Ver. Marcelo. Faço das minhas, palavras deles também. Um grande abraço e todo o apoio da bancada do PSOL a essa luta, a luta pelo nosso País, pela nossa Caixa Econômica Federal. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Pela oposição, queria cumprimentar o Marcos Todt, e assim cumprimentar toda a diretoria da APCEF e a vanguarda lutadora da Caixa Econômica Federal, que vem lutando, ao longo dos anos, diante do desmonte e sucateamento do banco público e, agora, com a tentativa de privatização pelas beiradas. É um processo parecido com o que estamos vendo com o Banrisul, e que é parte de um projeto nacional, em que os banqueiros, as elites econômicas e as elites políticas querem arrasar os direitos da classe trabalhadora de conjunto.

No sábado passado, passou a vigorar a Reforma Trabalhista, que vai ter muito impacto na categoria dos bancários e que desmonta o conjunto de direitos das trabalhadoras e trabalhadores brasileiros. Hoje, mais uma vez, o Governo ilegítimo do Temer tenta colocar em discussão uma reforma da previdência, para que a classe trabalhadora trabalhe mais para poder se aposentar, ou, em muitos casos, morra antes de usufruir desse direito de aposentadoria. Parte dessa lógica também é o desmonte do serviço público e a privatização dos ativos, criando um novo filão para os capitalistas financeiros.

Eu quero te cumprimentar pela exposição, pela defesa do banco público, porque é fundamental defender a Caixa pública. Como tu bem disseste, ela está nas cidades do interior com os programas sociais, o próprio Bolsa Família e uma série de políticas que só a Caixa Econômica Federal faz. Ao mesmo tempo, quero dizer da necessária unidade entre a classe trabalhadora dos mais diversos locais, para defender os seus direitos e combater essa política de ajuste.

Aliás, hoje, nós estamos no dia 20 de novembro, e, como bem falou o Alex, vão assumir dentro em breve a Karen e o Marcelo Rocha, como parte das lutas democráticas. Hoje, dia 20 de novembro, é o Dia da Consciência Negra, que não pode ser só um dia para a gente constatar o racismo, mas tem que ser um dia de luta em defesa dos negros e negras e contra o racismo. É necessário juntar essas lutas – das mulheres, dos LGBTs, dos negros e negras – com as lutas da classe trabalhadora, para construir um novo futuro. Parabéns pela luta da Caixa, contem conosco!

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. AIRTO FERRONATO: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu falo aqui em meu nome, Ferronato, em nome do Ver. Paulinho Motorista, do meu partido, o PSB, e tenho a honra de falar também em nome do Ver. Cláudio Janta, do Solidariedade. Por princípio, eu sou contra privatizações – nós somos contra –, e eu sou contra aqui no Município, no Estado e na União. Tenho aqui uma frente parlamentar que apresentei contra as privatizações, e sou amplamente favorável a essa proposta que tu apresentas de formar uma frente. Se eu sou contra privatizações, sou muito mais contra a privatização daquelas instituições que são referência para o País e para o seu povo, o nosso povo brasileiro, e a Caixa Econômica é uma referência pelo que ela expressa, produz, faz, onde atua e, principalmente, para quem atua: para os menores brasileiros no contexto econômico e social. Portanto, estamos juntos. Parabéns, boa luta e aquele abraço a todos!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Dr. Goulart está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. DR. GOULART: Sr. Presidente Cassio Trogildo, nosso Vice-Presidente da Caixa Econômica; tenho que vir agradecer o belíssimo trabalho social que, quando o meu partido me honrou com o Departamento de Habitação desta Cidade, o DEMHAB, ela nos ajudou a construir: foram 2.500 casas pelo programa “Minha Casa, Minha Vida”. Vida longa para a Caixa, que continue cuidando de quem precisa de alimento, de casa e de tantas outras coisas. Parabéns!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. RICARDO GOMES: Sr. Presidente, saudando o nosso convidado no dia de hoje, quero dizer que eu, ao contrário do Ver. Ferronato, sou, por princípio, a favor de privatizações. E sou, com a licença da plateia, inclusive, em razão do uso político que foi feito dos recursos da Caixa Econômica Federal ao longo do tempo, dos escândalos que se assomaram. Ainda semana passada, tivemos notícia de um escândalo de mais de R\$ 400 milhões do povo brasileiro que foram desviados através da Caixa Econômica Federal. Aliás, um problema que afeta a maioria das estatais federais brasileiras, que foram colocadas mais a serviço de projetos políticos e de grupos criminosos do que a serviço da população.

Não quero aqui desrespeitar os trabalhadores da Caixa que prestam, em sua maioria, um grande serviço à população, mas gostaria de dizer que grande parte dos projetos e dos programas que a Caixa implementa – ou que o Governo Federal implementa através da Caixa – poderia ser implementada através da rede de bancos privados, valendo-se, inclusive, da competição para a melhoria desses serviços. Vejo que todos esses programas que são financiados pelo Governo Federal existem em outros países que não detêm um banco público estatal sob controle do Governo Federal. Então, com todo o respeito, me solidarizo com os trabalhadores da Caixa que fazem um grande trabalho, mas gostaria de deixar registrado que não tenho conhecimento da tramitação de nenhum projeto, neste momento, que privatize a Caixa Federal, mas, existindo, este Vereador, com gosto, aprovaria. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Agradecemos a presença do Sr. Marcos Leite de Matos Todt, Vice-Presidente da Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul – APCEF/RS. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h38min.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 14h39min): Estão reabertos os trabalhos.

A SRA. MÔNICA LEAL (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações. Após retornamos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Mônica Leal. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. **APROVADO.**

A Ver.^a Fernanda Melchionna solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 20 a 22 de novembro de 2017. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o Pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Mesa declara empossada a Suplente, Ver.^a Karen Santos, nos termos regimentais, que integrará a Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação – CUTHAB.

O Ver. Roberto Robaina solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 20 a 23 de novembro de 2017. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o Pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Suplente Dr. Marcelo Rocha assumirá no lugar do Ver. Roberto Robaina. Solicito ao Suplente Dr. Marcelo Rocha que entregue seu Diploma e a Declaração de Bens a esta Mesa.

(Procede-se à entrega do Diploma e da Declaração de Bens.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Solicito que os presentes, em pé, ouçam o compromisso que o Suplente Dr. Marcelo Rocha prestará a seguir.

O SR. DR. MARCELO ROCHA: "Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo." (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Mesa declara empossado o Suplente, Ver. Dr. Marcelo Rocha, nos termos regimentais, que integrará a Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação – CUTHAB.

A Ver.^a Sofia Cavedon solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 20 a 22 de novembro de 2017. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o Pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Suplente Reginete Bispo, em função da impossibilidade de os Suplentes Eng^o Comassetto, Leonel Guterres Radde, Ariane Chagas Leitão, Laura Soares Sito Silveira, José Dorley dos Santos, Margarete Costa Moraes, Baba Diba de Iyemonja, Thiago Gonçalves Braga de Quadros, Pedro Leonardo da Luz Loss e Bernardo Lucero de Carli assumirem a Vereança, assumirá no lugar da Ver.^a Sofia Cavedon. Solicito à Suplente Reginete Bispo que entregue seu Diploma e a Declaração de Bens a esta Mesa.

(Procede-se à entrega do Diploma e da Declaração de Bens.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Solicito que os presentes, em pé, ouçam o compromisso que a Suplente Reginete Bispo prestará a seguir.

A SRA. REGINETE BISPO: "Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo." (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Mesa declara empossada a Suplente, Ver.^a Reginete Bispo, nos termos regimentais, que integrará a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude – CECE.

O Ver. Ricardo Gomes solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no dia 29 de novembro de 2017. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o Pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje este período é destinado a assinalar o transcurso do Dia do Aviador e da Força Aérea Brasileira, nos termos do Requerimento nº 184/17, de autoria da Mesa Diretora. Convidamos para compor a Mesa o Major Brigadeiro do Ar R1 Raul José Ferreira Dias, ex-Comandante do V Comando Aéreo Regional; o Brigadeiro do Ar Arnaldo Silva Lima Filho, Comandante da Ala 3, representando o Tenente-Brigadeiro do Ar Nivaldo Luz Rossatto, Comandante da Aeronáutica; o Comandante Jacinto Maia Neto, representando o Comando Militar do Sul; o Capitão de Mar e Guerra Amaury Gomes Junior, Capitão dos Portos de Porto Alegre; o Coronel Independente Carlos Adriano Pinheiro Barreira, Comandante do Grupamento de Apoio de Canoas; o Coronel de Infantaria da Aeronáutica Aldemarion Gonçalves, representando a Presidência da Forjas Taurus S.A.

Convidamos todos os presentes para, em pé, ouvirem o Hino Nacional, executado pela Banda de Música da Ala 3, regida pelo 1º Tenente Músico Luciano Prezzi.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra em Comunicações e falará em nome da Mesa Diretora.

A SRA. MÔNICA LEAL: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Boa tarde a todos. No último dia 23 de outubro, comemorou-se o aniversário de 111 anos do primeiro voo do avião 14 Bis nos céus de Paris, pilotado pelo seu próprio criador, o nosso compatriota imortal Alberto Santos Dumont. A partir desse marco histórico, a evolução mundial tornou-se mais e mais acelerada em todos os campos do conhecimento. Foi como se tudo o que estava represado técnica e culturalmente nos séculos anteriores eclodisse como o romper de uma barragem, e tudo ganhou altura, velocidade, maior visão e mais liberdade, características inerentes àqueles novos aparelhos voadores e seus valentes e ousados condutores que despontavam.

Hoje, mais de um século depois, estamos reunidos em homenagem por decorrência da semana que foi plantada por Santos Dumont, cuja trajetória desbravadora fez nascer uma atividade e uma profissão, a de aviador. Na esteira disso, máquinas e aviadores possibilitaram a ascensão da aviação militar, e assim, no Brasil, a data também homenageia a instituição que, a partir do ano de 1941, recebeu a denominação de Força Aérea Brasileira. De lá para cá, inúmeras foram as conquistas.

Quando coube à Aeronáutica conduzir os destinos da aviação civil brasileira, o fez com garra, profissionalismo, competência e segurança por meio do

Departamento de Aviação Civil, adquirindo para o País dividendos de respeito com planejamento, organização e fomento do progresso nacional.

Ao lançar-se no desenvolvimento de aeronaves, a FAB não fez por menos e criou a Embraer, líder no mercado de médio porte, que hoje ocupa o terceiro lugar entre as empresas que produzem aeronaves em todo o mundo. Ao criar, nos primeiros anos da década de 1970, a integração entre a defesa aérea e o controle de tráfego aéreo, a FAB inovou, mostrando ao mundo que era possível, econômico e seguro operar dessa maneira, permanecendo como modelo internacional nessa área. A FAB também obteve êxito ao lançar-se na conquista do espaço, buscando um caminho de pioneirismo e conhecimento adquiridos internacionalmente. Apesar da constante luta por recursos orçamentários, que sempre marcaram todas as áreas da pesquisa e do desenvolvimento nacionais, passados 76 anos desde sua criação, cabe hoje à FAB a responsabilidade de estar presente em 22 milhões de quilômetros quadrados pelo ar, sobre terra e mar, uma área inimaginável se pensarmos nas poucas dezenas de metros que voou Santos Dumont em 1906. A FAB de hoje é feita por profissionais bem treinados, que lidam com equipamentos dos mais modernos existentes no mercado internacional, também desenvolvidos e produzidos no País. Sua gerência está nas mãos dos que dedicam as suas vidas a essa atividade em continuado processo de aprimoramento estratégico, tático e gerencial. No que tange ao futuro, pairam algumas incógnitas. Nesse particular, não apenas a Força Aérea, mas as demais Forças Armadas e o País em sua totalidade têm grandes preocupações pela frente, que vão muito além daquelas puramente orçamentárias. As dúvidas sobrevoam todos os segmentos de nossa Nação, num momento de grave crise moral, política e econômica. Como cita a Constituição Federal, no seu art.142 (Lê.): “As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”.

Meus nobres colegas, Vereadores e Vereadoras, Presidente, homenageados, autoridades presentes, público deste plenário, hierarquia e disciplina é tudo aquilo que hoje nos falta. Mas que homens e máquinas desta instituição nacional, unidos num só corpo, imbuídos de muita coragem, discernimento e consciência de seu ofício, continuem sendo agentes atuantes e prontos para defender a soberania nacional com disciplina.

O Sr. João Carlos Nedel: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Ilustre Ver.^a Mônica Leal, que aqui está representando a nossa Casa nesta importante homenagem, quero saudar as autoridades, incluindo nelas também o nosso relações parlamentares, o Coronel Litsvinski. Quero cumprimentá-la por propor esta homenagem, aprovada pela nossa Mesa Diretora. Eu, como amigo da Força Área Brasileira, quero cumprimentar e participar desta homenagem. Quero dizer que ontem foi o dia da nossa bandeira, e hoje é o Dia do Aviador, aquele que leva, desfralda a

nossa bandeira pelos ares da nossa Pátria. Meus parabéns a todos os componentes da nossa Força Área. Obrigado.

A Sra. Comandante Nádia: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Ver.^a Mônica Leal, a parabenizo pela proposta de hoje, pelo período de Comunicações ser esta homenagem à Aeronáutica. Também parabenizo a Mesa por ter acatado essa solicitação. Quero dizer que estamos aqui reunidos para prestar nossas homenagens aos destemidos sucessores do aviador brasileiro Alberto Santos Dumont. São homens e mulheres que dedicam sua vida à aviação brasileira, seja civil ou militar, especialmente aqui os militares, transportando, viajando, protegendo, combatendo, cortando os céus deste imenso País, tornando, a cada dia, mais sólido o sonho de Ícaro, há muito sonhado pela espécie humana e transformado em realidade pela ação de um compatriota. Tenho aqui a dizer para vocês, da Aeronáutica, nossos irmãos de farda, que continuem firmes. A nossa missão – do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, das Polícias Militares – não é fácil, é um longo desafio que venceremos no final. Encerro minha fala dizendo: “Vamos filhos altivos dos ares/Nosso voo ousado alçar,/Sobre campos, cidades e mares,/Vamos nuvens e céus enfrentar./Contato! Companheiros!/Ao vento, sobranceiros,/Lancemos o roncar/Da hélice a girar.” Parabéns, hoje e sempre, vida longa a nossa Aeronáutica! Obrigada. (Palmas.)

O Sr. Airto Ferronato: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Desculpe, minha querida Vereadora, atrapalhar este momento. Eu estava em uma reunião em outro espaço da Câmara, por isso não pude estar presente no plenário. Primeiro, quero deixar um abraço, cumprimentá-la pelo evento, e quero dizer da importância de ter os senhores conosco nesta tarde, todos nós, comemorando este ato tão importante. Vida longa às nossas instituições – Marinha, Exército e Aeronáutica! Parabéns pela iniciativa. Nós, na Câmara, compreendemos sempre de alta, extrema relevância a presença dos senhores nesta homenagem que se faz. Um abraço, obrigado. (Palmas.)

A SRA. MÔNICA LEAL: Meus nobres colegas, Vereadores, Vereadoras, Presidente, homenageados, autoridades presentes, público deste plenário; hierarquia e disciplina é tudo aquilo que hoje nos falta. Mas que os homens e máquinas desta instituição nacional, unidos num só corpo, imbuídos de muita coragem, discernimento e consciência de seu ofício, continuem sendo agentes atuantes e prontos para defender a soberania nacional com disciplina, patriotismo, integridade, comprometimento e profissionalismo, os valores da Força Aérea Brasileira. Dessa forma, homenageamos todos aqueles que se dedicam à defesa da Pátria em prol da segurança e do bem-estar das instituições e dos cidadãos através da aviação. Parabéns, Força Aérea Brasileira; parabéns, aviadores do Brasil. Ao Coronel Litwinski e a todos os representantes da Aeronáutica presentes, meus cumprimentos e profundo agradecimento pela parceria e

dedicação com que construímos este período de Comunicações. Muito obrigada. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Mendes Ribeiro.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Ver.^a Mônica, eu a cumprimento pela iniciativa. Vivemos, obviamente, dias turbulentos no nosso País, e a nossa visão fica um pouco nublada em relação aos caminhos do Brasil. Eu acho que é muito bom nós exaltarmos, nestes momentos, nossos valores e a nossa história. E me parece, senhores, que falta patriotismo, falta civismo. Ontem, foi nosso Dia da Bandeira, Ver. Mendes Ribeiro, a quem agradeço a cedência do tempo, Ver.^a Comandante Nádia, forjada nos valores da caserna, os valores castrenses: “Salve lindo pendão da esperança/Salve símbolo augusto da paz”. As nossas Forças Armadas – há aqueles que não valorizam e não reconhecem – dizem respeito, inclusive, aos valores pátrios, como o próprio Hino Nacional, que, há pouco, cantávamos, infelizmente, não todos. Mas nós precisamos lembrar da história, Sr. Presidente. A Marinha do Brasil, lá na Guerra do Paraguai, com Tamandaré, quando Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, foi invadida. Esse foi o estopim daquele enfrentamento que, obviamente, ninguém gosta, ninguém deseja, ninguém quer, mas o território nacional foi agredido, invadido, vilipendiado, e lá estava a nossa Marinha Imperial, lá estava a Marinha do Brasil. Antes e depois disso, o nosso Exército brasileiro, verde-oliva, com Caxias, a quem nós devemos a própria noção de continentalidade tamanha a dimensão do nosso Brasil, e a pacificação das revoltas regionais que aqui havia, Patrono do nosso Exército Brasileiro.

Presidente, se ontem foi o Dia da Bandeira, hoje é o Dia do Aviador, mas é também o Dia da Consciência Negra. Nós precisamos lembrar no Dia da Consciência Negra que, quando uma das mais odiosas ideologias – das três odiosas ideologias que dominaram o séc. XX – ameaçava a paz das nações e, com seu discurso racial, ameaçava judeus, negros e todos, lá estavam os bravos aviadores da Força Aérea Brasileira escrevendo, com seu sangue, a história da democracia e da vitória daqueles que acreditavam na democracia. São dívidas que o Brasil tem com as suas Forças Armadas, são pleitos de gratidão que, a cada dia, nós devemos lembrar e reconhecer. A Marinha, o Exército e, especialmente hoje, senhoras e senhores, a Aeronáutica estão escritos nessa história com o seu sangue. Escreveram em letras de ouro na história do Brasil com o seu sangue. Isso é preciso que se reconheça, a história não se apaga. A história deve ser estudada, conhecida, para que os equívocos da história não seja repetidos. Meus caros oficiais que aqui estão, senhoras e senhores, eu acho que qualquer país que se valoriza, qualquer país que se deseja construir melhor precisa olhar para esses valores e resgatá-los, porque é disso que o Brasil está carente hoje.

Ontem eu caminhava pela Av. Ipiranga, na ponte da Azenha, que cunha a expressão “mui leal e valorosa” à cidade de Porto Alegre, via lá a ponte toda depredada e pensava comigo: “Mas que Brasil é este? Que brasileiros somos nós? Que exemplo estamos dando para nós mesmos e para os nossos filhos, quando não se respeita sequer o que é patrimônio público?” A corrupção é um dos tantos exemplos disso, de coisas que começam pequenas e que, logo em seguida, se demonstram grandes, enormes, avassaladoras e nos trazem a todo. Neste contexto todo, quando eu vejo que grande parte da cidadania brasileira clama – falo aqui com todo o respeito de quem é profundo admirador das Forças Armadas, e o Brigadeiro sabe –, quando grande parte dos brasileiros clama pela intervenção militar, eu sei que não é esse o desejo dos militares, eu sei que, nas páginas e nas letras de ouro onde escrevem a história dos militares, não é esse seu desejo. O desejo de nós todos é o poder militar e o poder civil juntos construir os novos capítulos da história do Brasil através da democracia, da participação do voto. Mas isso tudo – desejo eu – inspirado nestes grandes valores: os valores de civismo e patriotismo, os valores de ordem e hierarquia, que estão esculpados e fazem parte do DNA da nossa Força Aérea Brasileira.

Por isso estamos aqui homenageando o Dia do Aviador, o dia de vocês, que orgulham a nós todos e que ajudaram, ao longo do século XX e início do XXI, a humanidade – não o Brasil, não Porto Alegre, não o Rio Grande do Sul – a continuar caminhando no sentido correto. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Sr. Brigadeiro do Ar Arnaldo Silva Lima Filho, Comandante da Ala 3, está com a palavra.

O SR. ARNALDO SILVA LIMA FILHO: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Quero fazer uma alusão especial à Ver.^a Mônica Leal, membro honorário da Força Aérea Brasileira: muito obrigado pela bravura de estar presente, sabemos que a senhora está com uma lesão de córnea, mas está aqui atendendo a este compromisso, o nosso reconhecimento. A Ver.^a Mônica Leal esteve dialogando diretamente conosco para viabilizar este evento. Inicialmente, eu gostaria de agradecer a iniciativa desta Casa em homenagear a Força Aérea Brasileira pelo Dia do Aviador, o Dia da Força Aérea Brasileira, o que faço em nome do nosso Comandante da Aeronáutica, Tenente Brigadeiro do Ar Nivaldo Luiz Rossato, que, infelizmente, não pôde vir a este evento, mas agradece pelo prestígio e pela honra da homenagem. Eu o faço também em nome de todos os integrantes das organizações da Força Aérea, componentes da guarnição da Aeronáutica de Porto Alegre. Sentimo-nos extremamente honrados pelo reconhecimento da sociedade que esta Casa representa, pois a Força Aérea Brasileira presta um grande serviço à nossa Nação. Para conseguir exprimir toda a importância do nosso trabalho em apenas um conceito, a Força Aérea lançou a campanha institucional “Dimensão 22”. A “Dimensão 22” representa o tamanho da nossa responsabilidade com 22 milhões de quilômetros quadrados, compreendendo o

Território Nacional, a zona econômica exclusiva e mais 10 milhões de quilômetros quadrados que chegam até o Meridiano 10, dentro do oceano Atlântico. Considerando-se o espaço aéreo subjacente a toda essa vasta superfície, identificamos o volume fabuloso de responsabilidade onde a Força Aérea Brasileira se faz presente controlando, defendendo e integrando. Com isso, cumprimos a nossa missão de manter a soberania do espaço aéreo e a integração nacional com vistas à defesa da Pátria. São ações das mais variadas, como defesa aérea e antiaérea, reconhecimento, controle de tráfego aéreo, busca e resgate, patrulha marítima e transporte aéreo logístico. Ainda realizamos ações de ajuda humanitária, cívico-sociais, de prevenção e investigação de acidentes aeronáuticos e de garantia da lei e da ordem. Além dessas, outras ainda que contribuem significativamente com o progresso do Estado brasileiro, como a construção de pistas de pouso e decolagem na região amazônica. Em apoio a todas essas ações operacionais, existem militares altamente capacitados na área de finanças, infraestrutura, saúde, ensino, pessoal, comunicação social, suprimento, manutenção e material bélico. A operação não persiste sem a logística, e a logística não tem propósito sem a operação. Somos um corpo único com 76 anos de existência, que pretende chegar ao centenário como uma força moderna de grande capacidade suasória e operando de forma integrada para a defesa dos interesses nacionais.

Com essa visão do futuro, faço uma conexão com o passado, retornando a 1906, quando Alberto Santos Dumont fez a primeira decolagem do mais pesado que o ar e apresentou ao mundo a terceira dimensão. Ainda que com poucos recursos técnicos comparado ao que temos nos dias de hoje, Santos Dumont consagrou-se como um ícone, um visionário que conseguiu transformar o impossível no possível, um exemplo de persistência e de trabalho a ser seguido. Erico Verissimo uma vez disse: “Quando os ventos de mudança sopram, umas pessoas levantam barreiras, outras constroem moinhos de vento”. Nós, da Força Aérea Brasileira, somos herdeiros de Santos Dumont e, como o Pai da Aviação, construímos moinhos de vento. Contem conosco! Nós estamos diuturnamente controlando, defendendo e integrando. Força Aérea Brasileira, asas que protegem o País. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Convidamos todos os presentes a cantarem o Hino do Aviador e, após, o Hino Rio-Grandense, executados pela Banda da Música da Ala 3, regida pelo Sr. Luciano Prezzi, 1º Tenente Músico.

(Procede-se à execução do Hino do Aviador e do Hino Rio-Grandense.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Chegando ao final desta homenagem ao Dia do Aviador e da Força Aérea Brasileira, agradecemos as presenças do Major Brigadeiro do Ar R1 Raul José Ferreira Dias, ex-Comandante do V Comando Aéreo Regional; do Brigadeiro do Ar Arnaldo Silva Lima Filho, representando o Tenente-Brigadeiro do Ar Nivaldo Luz Rossatto, Comandante da Aeronáutica; o

Comandante Jacinto Maia Neto, representando o Comando Militar do Sul; o Capitão de Mar e Guerra Amaury Gomes Junior, Capitão dos Portos de Porto Alegre; o Coronel Independente Carlos Adriano Pinheiro Barreira, Comandante do Grupamento de Apoio de Canoas; o Coronel de Infantaria da Aeronáutica Aldemarion Gonçalves, representando a Presidência da Forjas Taurus S.A. Agradecemos a presença dos demais membros da Força Aérea Brasileira, a oportunidade que a Ver.^a Mônica Leal nos deu ao propor esta homenagem; nosso muito obrigado, sejam todos sempre muito bem-vindos. Damos por encerrada a presente homenagem. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h26min.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 15h32min): Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, queria a atenção de todos.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

O SR. CLÁUDIO JANTA: Conforme o dicionário, essa palavra quer dizer que os 36 membros desta Casa são pessoas fracas, moles, sem coragem, medrosas e covardes. Quando o Medina aceita a reivindicação dos idosos, tu és uma pessoa covarde, uma pessoa fraca; Comandante Nádia, quando tu reivindicar segurança, melhores condições de trabalho para a Guarda Municipal e para os brigadianos, tu és uma pessoa covarde; Ver. Paulo Brum, quando o senhor pede melhores condições para as pessoas portadoras de deficiência, acesso nas paradas de ônibus, nos banheiros da Cidade, o senhor é uma pessoa muito fraca, o senhor é um covarde, porque só é valente quem omite, no ofício que manda para esta Casa, que vai, no dia 11 de novembro, num encontro do MBL. Só é valente quem omite a esta Casa que vai viajar usando recursos da Prefeitura, e que depois vai ser ressarcido nos gastos de seu cartão de crédito. Só é valente quem leva o coordenador do Banco de Talentos para viajar junto. Só é valente quem não consegue resolver os problemas desta Cidade na educação, na saúde, na limpeza urbana, na segurança pública e resolve atacar os Parlamentares, atacando o seu próprio pai, que foi um Parlamentar, atacando a si mesmo, porque foi um Parlamentar. Nós não tememos as galerias, quando os empresários vêm para cá lutar por menos impostos. Nós não tememos as galerias, quando as pessoas vêm para cá dizer para nós que não aguentam mais impostos, que não querem aumento do IPTU. Nós não tememos as galerias, quando os servidores públicos vêm para cá dizendo que não querem 50% dos seus salários reduzidos; quando as pessoas vêm para cá dizendo que querem cumpridas as demandas do Orçamento Participativo; quando vem para cá o povo de matriz africana dizer que quer que sejam reconhecidas as questões da sua cultura. O nós

fizemos aqui é exercer o direito do voto que nos foi dado pela população de Porto Alegre. Ato de covardia é sair de Porto Alegre e falar mal dos Vereadores. Ato de covardia é não ficar na Prefeitura de Porto Alegre e atender no Ceic, atender na Procempa, atender no Palácio do Comércio. Ato de covardia é não vir à Câmara de Vereadores explicar os Pedidos de Providências, ato de covardia é não poder andar nas ruas da Cidade de Porto Alegre, porque quis tirar a segunda passagem! Ato de covardia é se esconder do povo de Porto Alegre, porque não cumpriu nada do que prometeu na campanha e fica, sempre que pode, atacando esta Casa, que representa a vontade da população! Ato de covardia é não ter feito sequer 35% dos votos da população de Porto Alegre e achar que pode falar mal desta Casa e dos seus Vereadores. Ato de covardia é não sentar com os municipais e negociar. Enquanto ouvimos o povo ser chamado de covarde, medroso, sem coragem, fraco e mole, todos nós aqui, os 36, andamos nesta Cidade de cabeça erguida, porque mantemos e honramos o compromisso feito com a população de Porto Alegre. Dentro desta Casa, homens e mulheres não somos, em nenhuma hipótese, assim como na Assembleia Legislativa e no Congresso Nacional, cagões. Nós somos representantes do povo de Porto Alegre, nós somos representantes da cidadania e aqui nós vamos exercer esse direito. Não precisamos ir ao exterior, não precisamos ir a encontro nenhum para falar a verdade para a população de Porto Alegre. A verdade é que a Cidade está um caos. Esta Cidade precisa de um timoneiro, e esse timoneiro, nos últimos tempos, tem sido esta Casa na sua totalidade. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Saúdo nosso Presidente da Casa, Ver. Cassio Trogildo; colegas Vereadoras e Vereadores, público que acompanha a nossa Sessão no dia de hoje, de modo especial, a nossa querida colega Suplente de Vereador Reginete, que assume no lugar da nossa colega Sofia Cavedon nesta semana. Seja bem-vinda, e que sejam muito profícuos estes dias que estarás conosco, nesta data tão importante em que comemoramos o Dia da Consciência Negra. Nós poderíamos, nas palavras do nobre Martin Luther King, dizer o seguinte: “Tenho um sonho de que meus quatro pequenos filhos viverão um dia em uma nação onde não serão julgados pela cor de sua pele, mas pelo conteúdo de seu caráter”. Portanto, bem-vinda, e nós nos somamos a este momento de grande homenagem. Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, a nossa bancada – Ver. Adeli, Ver.^a Reginete, Ver. Marcelo – também está extremamente preocupada com a cidade de Porto Alegre. Portanto, pedimos para reproduzir novamente o que o Prefeito Municipal falou, lá em São Paulo, lá fora, sobre o que ele pensa da Cidade ou de alguns partidos ou da Câmara.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

O SR. ALDACIR OLIBONI: Lamentavelmente, é isso que o Marchezan pensa de nós, Parlamentares: “São cagões”. Olhem só o termo que ele utiliza! Nós vamos deixar assim? Nós vamos produzir um requerimento, para que aqueles que queiram assinar possam concordar com que ele tenha que vir aqui à Câmara. Ele tem que se explicar, meus senhores, minhas senhoras, meus colegas Vereadores e Vereadoras. O Prefeito não pode imaginar ou pensar assim do Parlamento, que dá a ele a possibilidade de governar. E ele tem feito isto desde o início da sua gestão: não fala conosco, com os servidores municipais e com tantos outros cidadãos e cidadãs da Cidade.

Vejam, por exemplo, algumas frases que ele disse: “Vem outro canalha”. Depois dele, se ele perder a eleição, é óbvio, vai vir outro cidadão eleito pelo povo. Ele considera que “vem outro canalha”. Ele diz ainda o seguinte: “O meu desafio de gestão não é talvez saber o que fazer.” Ele não sabe o que fazer depois de 11 meses de Governo. “O meu desafio é saber o que fazer.” Onde nós estamos? Mas olhem o que ele fala do PT: “Inclusive, quando o PT ganhar, ele tem que estar amarrado [o Governo], ele não pode fazer; se fizer, tem que ir para a cadeia”. Mas isso é fala de um Prefeito, meu Deus, lá fora?! Ele tem que se explicar, dizer o que ele não pode fazer. O que o Prefeito não pode fazer? Eu concordo: não pode roubar, não pode fazer uma série de coisas. Agora, não pode governar bem? Não pode governar para a Cidade? Mais do que isso, olhem o que ele termina dizendo: “Parlamentar é cagão! Tem 50 berrando” – ele diz que é a sociedade que está lá para poder berrar. Pessoal, nós representamos a Cidade! Nós representamos sempre. Muito obrigado, espero a compreensão dos Vereadores.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, em nome das Bancadas do PT e do PSOL, bancadas de oposição, tenho o prazer hoje de saudar os novos colegas neste 20 de novembro, Dia de Zumbi, inesquecível lutador por essa nobre causa, que vai continuar infelizmente ainda por muito tempo, porque ainda somos um País racista.

Agora quero me dedicar, Ver. Oliboni, liderando a nossa Bancada, ao tema que foi aqui colocado acerca de linguajar chulo, agressivo, inadmissível, do alcaide Municipal. Nós não podemos aceitar que a nobreza de um cargo seja manchada por esse tipo de comportamento. Nós somos representantes do povo. Aqui nesta Câmara os 36 Vereadores compõem a representação total, global da sociedade. No Paço Municipal nós temos um Prefeito que, por causa das questões de 2º turno, principalmente por causa do alto índice de abstencionismo, de votos brancos e nulos, na verdade, teve um pouco mais de um terço dos votos da municipalidade. Então, Prefeito, respeitosamente, devagar com o andar, o senhor está cometendo um crime a partir do cargo que Vossa

Excelência ocupa. Nós estamos atentos. Não é o primeiro caso! Nós estamos respondendo com serenidade, tranquilidade e como deve ser aos Parlamentares, usando a veemência, quando necessária e a contundência sempre que assim o momento exigir.

Eu acho que, neste momento, nós precisamos mostrar à cidade de Porto Alegre que há um clamor para que a Cidade seja devolvida à população, para que ela não seja utilizada no Congresso por uma pequena facção sectária que quer comandar como deva se comportar as pessoas na sociedade. Não é correto, não é justo, não é de direito, e nós lutaremos em restabelecer a justiça. O Prefeito que tenha cuidado, porque, em 2020, ele não ficará no Paço Municipal, nós temos consciência disso. E, ao continuar esse tipo de linguagem, os comportamentos feitos... E vou dizer mais: essas coisas que estão acontecendo na Carris hoje para quebrar a Carris, essa notícia de que vai contratar assessoria, consultoria de fora, isso é para dilapidar o patrimônio público, e nós já temos todos os documentos, um depois do outro, todos computados. Se o Sr. Prefeito Municipal não tiver um comportamento adequado ao seu cargo, ele não ficará quatro anos. Pode escrever: hoje, dia 20 de novembro de 2017, Dia do Zumbi dos Palmares – eu lhes digo –, se o Prefeito não mudar a sua postura e não tiver compostura, ele não ficará quatro anos no Paço Municipal, na Praça Montevideu. Ah, não ficará! Porque nesta Casa tem altivez, nesta Casa tem 36 Vereadores que, independentemente das suas posições político-partidário, criaram as condições de formar um grande bloco que não aceita ser patrolado, não aceita ser chinchado, porque aqui nós não somos burros de carga, não somos transmissores das políticas nefastas vindas do Paço Municipal.

A liberdade, a autonomia do Parlamento é fundamental, ademais nos dias correm diante de tantos problemas. As nossas bancadas – a bancada do Partido dos Trabalhadores, a bancada do PSOL – e mais um conjunto de Vereadores já disseram que não deixarão passar. Não passará nenhum comportamento inadequado com o cargo. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Mônica Leal solicita Licença para Tratamento de Saúde no período de 20 a 22 de novembro de 2017.

Apregoo e defiro Memorando nº 042/17, de autoria do Márcio Bins Ely, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação na reunião da Internacional Socialista, em Barcelona, na Espanha, no período de 22 a 26 de novembro de 2017.

O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa tarde, Presidente, Ver. Cassio Trogildo; boa tarde, Vereadores, Vereadoras, todos os que nos assistem. Hoje eu não poderia deixar de subir a esta tribuna, hoje é o dia da luta do povo negro em memória da vida de Zumbi dos Palmares, herói que liderou os negros na luta contra a escravidão. É

lamentável, estamos ainda muito longe dessa tão falada igualdade racial, temos que correr no nosso processo de empoderamento, temos que disputar, cada vez mais, o espaço do poder nas estruturas para conseguir mudar esse processo. Se somos a maioria da população, se somos mais de 50%, não podemos entrar em uma sala de aula e ver um estudante negro apenas. Se você for a uma pós-graduação e achar um negro na turma, é muito. Ter apenas um Vereador negro em Porto Alegre numa das cidades mais importantes do Brasil? E tem gente que acha normal. Eu não! Não acho normal.

A maior luta de um negro é pela conquista de um lugar, de um papel de participante legítimo na sociedade. A Nação brasileira nunca fez nada pela imensa massa negra, povo que foi fundamental na construção do nosso País. Os nossos antepassados lutaram muito. Eu vivi com meus pais até os meus 15 anos, com a minha bisa, que veio guria da África, não porque quis, mas à força nos navios negreiros, que aportaram no Rio de Janeiro, o maior porto vendedor de negros. Fui para Minas Gerais, onde iniciei uma família e sou desta raiz.

Muita gente pensa que eu caí de paraquedas no Rio Grande do Sul, dentro do campo do Grêmio. Não, foi uma luta intensa, gente! Uma Cidade que tinha o clube dos negros e o clube dos brancos, e eu não entendia por quê! Se somos todos iguais, por que a diferença? Eu não consegui entender até hoje o que fizeram com esses povos, não só com o negro, mas com o italiano, o alemão, que ajudaram a construir este País e, possivelmente, o Rio Grande do Sul. Por que nós, negros, somos tratados assim? Eu estou começando a descobrir, porque a história que fala dos negros é uma história menti-ro-sa! É uma história mentirosa que não dá acesso aos nossos filhos e aos nossos netos conhecerem quem foi o negro, realmente, no mundo, quem é o negro no mundo! Eu me entristeço muito com isso. Nós temos que lutar – lutarmos muito ainda – para conquistar aquilo que nossos antepassados nos deixaram. E essa conquista e esse mundo também são nossos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Alvoni Medina está com a palavra em Comunicações.

O SR. ALVONI MEDINA: Boa tarde, Presidente Cassio Trogildo; Vereadoras, Vereadores, todos os que se encontram nas galerias, pessoal que nos assiste pela TVCâmara. Quero falar a respeito do Fundo Municipal do Idoso. Instituído no dia 11 de agosto de 2011, é um fundo especial criado por autorização legislativa e tem por objetivo facilitar a capitalização, o repasse e a aplicação de recursos destinados ao desenvolvimento das ações de atendimento à pessoa idosa no Município de Porto Alegre.

Compete ao Conselho Municipal do Idoso o papel de ser o gestor do Fundo, fixando critérios para a apresentação de projetos com ampla publicidade. A verba destinada ao Fundo do Idoso tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover autonomia, integração e participação efetiva na

sociedade. Os recursos do Fundo são destinados a entidades devidamente cadastradas, à pesquisa e aos estudos da situação da pessoa idosa do Município, bem como à captação da rede de atendimento ao idoso no âmbito da proteção social. O Fundo do Idoso de Porto Alegre, referência no Brasil, é o mais ágil em todos os aspectos após a solicitação de repasse da instituição ao Comui. O recurso financeiro é depositado em prazo de 30 dias. As doações podem ser feitas de duas maneiras: via Documento de Arrecadação de Doações, boleto, ou via depósito, transferência bancária através do Brasil ou Banrisul.

O Fundo Municipal do Idoso é de extrema importância na validação de políticas públicas e direitos às pessoas idosas. O Ver. Airto Ferronato, criador da lei, pode falar melhor do que ninguém sobre a relevância desses valores destinados ao Fundo. Diversas são as entidades beneficiadas com o montante arrecado, aumentando a qualidade de vida e saúde das pessoas idosas de Porto Alegre. O maior desafio atual do Fundo Municipal é alcançar as entidades menores, que também atuam de forma importante na Cidade, muitas vezes com um trabalho mais artesanal e que ainda são capazes de gerar subsídios e qualificações para o alcance e o repasse. Essa é a nossa missão juntamente ao Conselho Municipal do Idoso, Comui, chegar até essas organizações menores e trabalhar para que elas também consigam ser beneficiadas com esse recurso. A Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa é parceira nessa construção de aproximação das pequenas entidades ao Fundo Municipal do Idoso. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. COMANDANTE NÁDIA: Obrigado, Presidente Cassio Trogildo; boa tarde aos colegas Vereadores, às Vereadoras, sejam bem-vindos os novos colegas Vereadores e Vereadoras nesta Casa. Quero cumprimentar a Bancada do PMDB em nome do meu colega Ver. Valter Nagelstein, Ver. André Carús, Ver. Mendes Ribeiro, Ver. Idenir Cecchim, que não se encontra, pessoas que nos acompanham hoje aqui nesta plateia e os nossos telespectadores da TVCâmara. Muitas vezes tratamos de nosso patrimônio cultural e dos nossos maiores símbolos nacionais, que são o brasão da República, o selo nacional, a bandeira nacional e o hino nacional – e aqui se abrange o hino rio-grandense – por desconhecimento histórico ou por interesses pseudossociais ou ainda por incapacidade de ver todo o contexto histórico, caindo na pobreza de ver a parte sob uma ótica restrita, o que torna falaciosa a ação e, talvez, por isso mesmo, simplista e descompromissada com os valores de um povo, mas com oportunismo, porque, às vezes, aqueles que se julgam condutores da vontade de um povo ou de uma parcela de seus eleitores agem somente para ganhar falsos aplausos, pois a ninguém consultam.

Devemos lembrar que a história do nosso hino rio-grandense é rica em detalhes e variada em processos, e a ele devemos todo o respeito. Surpreendi-me, há

pouco, ao ver, durante a execução do hino rio-grandense, dois colegas Vereadores, novos aqui na Casa, sentados em falta de respeito ao nosso hino rio-grandense. Vale lembrar que não é a Comandante Nádia, o Presidente desta Casa ou os Vereadores que dizem que ao hino rio-grandense se deve respeito, se deve valor, mas é a lei que nos rege, a Lei Nacional nº 5.700, de 10 de setembro de 1971, que, no seu art. 30, fala que se deve tomar atitude de respeito, de pé e em silêncio. Aqui nesta Casa, nós temos que respeitar as regras. Aqui nesta Casa, nós temos que lembrar do nosso decoro parlamentar, que representa, sim, uma população, que, se hoje está carente de valores, de moral, de conduta, é muitas vezes por falta dos nossos exemplos.

Lendo na parte de psicologia, muitas vezes nós aprendemos. Existe uma fala do TOD: Transtorno Obsessivo Desafiador. Muitas vezes é o desafio de não compartilhar com os valores, com a moral e com a ética que nos une e que nos faz fortes, e muitas vezes nós vemos nesta Casa a falta de respeito de alguns, mas nós, Vereadores e Vereadoras, não podemos pecar nesta parte. Vou repetir: o povo que não tem virtude acaba por ser escravo. Não basta...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Solicito às pessoas nas galerias que nos acompanham – são muito bem-vindas – que, por favor, enquanto a Vereadora fala, nos auxiliem na condução dos trabalhos. Após, abrirei tempo para as manifestações das galerias. Por gentileza, da mesma forma que os recebemos com todo o respeito, solicito também respeito à Parlamentar que está na tribuna.

A SRA. COMANDANTE NÁDIA: Obrigada, Presidente. Vou repetir: o povo que não tem virtude acaba por ser escravo. Mas não basta para ser livre ser forte, aguerrido e bravo, pois, como povo, primamos pela honra, pela verdade, pela justiça e pela dignidade e somos, sim, orgulhosos dos nossos símbolos. Deus me livre que, no dia em que eu tiver que prestar contas à minha consciência, eu me acuse a mim mesma de covardia. Com Rui Barbosa digo: eu não me calo perante esses erros e esses desígnios que aqui nesta Casa estão sendo apresentados de forma errônea. E aqui, sim, nós temos que respeitar. E a plateia, goste ou não goste do orador que está nesta tribuna, tem que escutar, assim como o nosso Presidente falou. Muito obrigada. Que os nossos símbolos maiores sejam os nossos hinos! As nossas bandeiras devem ser respeitadas hoje, aqui e sempre.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. KAREN SANTOS: Boa tarde a todos e a todas, saúdo este plenário, agradeço de coração toda a comunidade negra que se deslocou nesse dia de

luta, de memória, temos a marcha Zumbi dos Palmares, Zumbi Dandara, independente este ano, logo mais ali no Glênio Peres para a gente mostrar a força do nosso povo e a nossa real história, porque quem fala o que quer ouve o que não quer.

Vou começar com um poema do Oliveira Silveira, um dos precursores da data de 20 de novembro aqui no Rio Grande do Sul, no Brasil inteiro: “Treze de maio traição, liberdade sem asas, fome sem pão”. Foram quase quatro séculos, mais de quatro milhões de africanos traficados e escravizados, já são quase 100 anos de abolição e não usufruímos nem de direito nem de liberdade. A cidadania que nos foi oferecida é uma cidadania de segunda categoria. Nós nos livramos das correntes, mas continuamos sendo escravizados, ainda mais quando a gente fala da cidade de Porto Alegre. A cidade mais segregada deste País racista, diz que não é, mas tem *apartheid* social dos bairros aos postos de trabalho. Tudo definido pela classe, pela renda, pela cor, pelo gênero, pelo sexo e pela etnia. A falta de água na Lomba do Pinheiro é frequente, essa é a realidade de qualquer periferia. E querem colocar na nossa cabeça que é falta de mérito, que todos nós temos as mesmas oportunidades. Mas continuam pedindo a boa aparência nos anúncios de emprego. Continuamos nós, negros e negras, assumindo os mandatos somente em períodos restritos da política.

O dia 20 de novembro ainda não é feriado, e a gente ainda é obrigada a cantar o hino rio-grandense, que coloca que “povo que não tem virtude acaba por ser escravo” – no Rio Grande do Sul, que tem na sua história o Massacre de Porongos, uma dita revolução que quem mais prestigiou foram os latifundiários. As mulheres negras continuam ganhando 40% do salário de um homem branco; 70% dos desempregados hoje no país são negros. Com a Reforma da Previdência, que não iniciou agora, uma reforma que segue desde 2003, e com a implementação na Reforma Trabalhista, o trabalhador que acorda todo dia às 6h da manhã, 30 anos contribuindo, vai ter que se humilhar e se submeter ainda mais para conseguir sobreviver. Isso se salário ele receber! E agora parece que tudo é racismo, tudo é preconceito, é vitimismo, até ouço falar sobre racismo inverso.

Mas isso não é de agora, essas estatísticas se fazem ao longo dos séculos. A violência contra os negros aumentou 18%, enquanto diminuiu, nos últimos dez anos, 8% a violência contra os homens brancos. A violência contra as mulheres negras aumentou 54%, no mesmo período em que a violência contra as mulheres brancas diminuiu. A luta contra as drogas, a que a gente assiste todo dia na tevê, ela não existe; na verdade, é uma guerra contra os pretos e os pobres do nosso País. País que mata 83 jovens negros por dia, fruto da violência. Prendem os jovens em presídios superlotados como o nosso próprio Central, que hoje funciona com duas vezes mais do que a sua capacidade máxima; prendem em postes; prendem em viaturas, ao mesmo tempo em que soltam mega traficantes engravatados, que são parte da política econômica do nosso País. Mas vocês continuam atravessando a rua quando veem um negro, vocês ainda guardam seus *smartphones* quando veem um negro na rua.

A gente precisa mudar essa realidade social. O racismo não é só uma questão de subjetividade, de conduta, de discurso; ele é concreto, ele é institucional, ele é objeto em cada estatística; concreto em cada ocupação por moradia, que contrapõe os

mais de R\$ 7 milhões de imóveis hoje desocupados na mão da especulação imobiliária dos mais ricos deste País. Vivemos dias de retrocesso, de aumento do ódio e da intolerância. Lutar, para quem é trabalhador deste País, não é uma questão de opção, é a nossa única esperança, pois os governos e as elites estão rasgando a CLT. O Estado neoliberal não dá direito à saúde, assistência, educação, quem dirá à segurança. Nesse sentido é muito importante estar colocando aqui neste discurso uma saudação para a greve batalhadora dos municipais e para a greve das professoras da rede estadual – eu sou professora da rede estadual –, que está há mais de 70 dias enfrentando os Governos Temer, Sartori e Marchezan.

Todo o dia é dia de preto, mas hoje nós estamos de parabéns, porque são cinco séculos de tratamento genocida, de uma sociedade civil racista, mandados pela mesma elite escravocrata e seguimos contrariando as expectativas, mostrando que coisa de preto é resistência, é luta por direitos, respeito e dignidade. Ainda precisamos fazer uma real abolição, uma abolição feita pelas nossas próprias mãos, é por isso que no Brasil inteiro hoje vai haver marchas do Movimento Negro. Hoje é 20 de novembro, hoje é Dia da Consciência Negra, é um marco do assassinato do Zumbi dos Palmares, uma memória da nossa resistência e da primeira organização da República brasileira ainda em solo, colonizada, feita pelo povo. Se Palmares não vive mais, como diriam Oliveira Silveira, Luiz Cuti, Solano Trindade, dentre tantos poetas negros, faremos Palmares de novo!

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Dr. Goulart está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. DR. GOULART: Boa tarde, meus amigos, minhas amigas, meu querido Presidente Cassio Trogildo, Vereadoras e Vereadores. Hoje nós recebemos, e está aqui entre nós, um menino negro que revelou, com o passar do tempo, um dom muito bonito, que é apresentação de *rap*. É um menino negro, é um menino órfão, seu nome é Yago Zandrio Fernandes Gomes, tem 17 anos e precisa de uma ajuda um pouco mais do que a que ele conseguiu até agora para se manter no campeonato brasileiro. Ele foi o campeão gaúcho, agora vai disputar o campeonato brasileiro. Eu imaginei que, no Dia na Consciência Negra, na época de Zumbi, a gente poderia ajudar esse menino. O Ver. Bosco não deve lembrar desse menino, mas ele era muito amigo do seu pai, que era o Betinho do Imperador, que tratou esse menino com o maior carinho, fez ele se expandir dentro da escola, aprender bastante. Hoje ele é um artista, meus queridos, e vai representar o Rio Grande do Sul lá em Belo Horizonte. Então eu vou pedir para que todos os nossos Vereadores e Vereadoras deem uma ajudinha para esse rapaz, como se ele fosse representando as pessoas que conseguiram, pelo seu trabalho, uma parte do dinheiro para poder fazer a viagem, acessível na passagem, mas que ele não consegue pagar.

Então eu quero que vocês saúdem o nosso campeão gaúcho de *rap*, conhecido como o nosso Espartano – Zandrio, levanta, por favor. Uma salva de palmas para ele. (Palmas.) A mãezinha dele também é conhecida no carnaval. Que bom que ele pôde ser aplaudido. Preciso que vocês nos ajudem neste momento – depois, a minha secretária voluntária vai passar para conversar com os Vereadores para darem uma quantidadezinha ínfima para que ele possa representar o Rio Grande do Sul e a negritude do Rio Grande do Sul, para que Belo Horizonte entregue o título de campeão para Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Avante, meus queridos, avante!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra em Comunicações.

O SR. DR. THIAGO: Neste período de Comunicações, eu escutei com muita atenção o que os colegas que me antecederam colocaram, e já fiz os comentários que tinha que fazer pelas redes sociais. Eu não vou utilizar esse precioso tempo da tribuna para fazer comentários em cima das desastrosas manifestações do Prefeito Municipal. Só deixo aqui a dica a ele de que “cautela e caldo de galinha não fazem mal a ninguém”.

Estou aguardando algumas informações sobre algumas colocações que fizemos ontem lá da Cooperativa dos Bombeiros, situada na Restinga, de uma situação que parece que foi corrigida hoje pelo DMAE. Com a mesma eloquência que fiz as críticas merecidas ontem, hoje faço o reparo e me associo àqueles daquela comunidade que agradecem pelos serviços prestados. Antes tarde do que nunca! Tenho certeza, infelizmente, pelo que escutamos lá, de que muitas dessas situações têm ocorrido com os prestadores de serviços municipais, com os servidores da ponta, a dificuldade em prestar manutenção às vias públicas, a dificuldade em prestar manutenção aos encanamentos do DMAE, a dificuldade em executar as questões do DEP, a dificuldade em fazer patrolamento no imenso número de ruas da Cidade que são de terra, não têm asfalto, devido ao sucateamento do Poder Público, ao sucateamento dos insumos necessários para que os servidores e os trabalhadores dessas áreas possam prestar o serviço. Nós observamos isso, e tem sido dito pelos servidores. Isso se reflete, inclusive, em algumas das 15 exonerações das funções de chefia que têm essa gestão. Então eu olho com muita preocupação essas questões que têm se avolumado, têm chegado em cada um de nós com muito mais contundência. E a nossa preocupação, realmente, é bastante grande com os serviços prestados no Município de Porto Alegre.

Eu queria aproveitar o tempo aqui e fazer uma advertência a todos. Nós estamos chegando no período do verão, tivemos um alerta epidemiológico da Secretaria Municipal de Saúde com relação ao escorpião amarelo. Vamos ter de novo aquelas patologias, endemias, que são próprias do verão e dos países tropicais, que, infelizmente, voltam a assolar o Brasil, em especial Porto Alegre. A prevenção sempre é o melhor caminho e o mais correto: não deixar água acumulada em pequenos e grandes

recipientes; ter o cuidado, principalmente nessa situação do escorpião amarelo, com entulhos, lixos, porque o escorpião acaba se nutrindo de insetos, principalmente baratas. Então, à medida que se cultiva e se tem mais barata, tem-se mais a propensão desse escorpião. E nunca baixar a guarda, mesmo para esse tipo de inseto exótico, aracnídeo exótico, porque, sem dúvida nenhuma, em crianças, principalmente, pode causar acidentes letais.

Então, eu quero deixar aqui esse registro na tarde de hoje e mais uma vez agradecer aqui. A gente critica, mas a gente também agradece. Queremos agradecer a presteza do DMAE, que executou na Cooperativa dos Bombeiros, na Restinga, a restauração de um cano que estava realmente fazendo com que aquela comunidade passasse por maus bocados. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. André Carús está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Paulo Brum.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, uma referência especial aos colegas que assumem nesta tarde, com votos de que tenham êxito no exercício do mandato, sempre é bom arejar o ambiente da Casa independentemente das posições ideológicas que se tem. Eu quero fazer referência aqui, não vou perder o meu tempo comentando mais essa verbosidade irresponsável do Prefeito pela Internet, não vou perder o meu tempo. Mas eu vou perder... Não digo perder, eu vou recuperar um outro vídeo que o Sr. Prefeito fez diretamente de Paris, Ver. Valter Nagelstein, propondo que, nas futuras licitações atinentes ao mobiliário urbano em Porto Alegre, se considerasse a possibilidade de um serviço de carregamento de celular nas paradas de ônibus. Eu entendo que é altamente relevante até pelo avanço da telefonia. Da metade da década de 90 para cá, houve uma facilidade maior de o cidadão adquirir a telefonia móvel, os aparelhos de telefone celular, mas também é preciso considerar que existem muitas outras prioridades, Ver. Adeli, no que tange ao mobiliário urbano.

E eu também não compreendo que as últimas manifestações públicas do Governo municipal em relação ao mobiliário urbano, para veículos de comunicação importantes da Cidade e que repercutem no Estado, ignoram o fato de que esta Casa está semanalmente reunida por uma Comissão Especial, da qual sou Presidente, o Ver. Adeli é o relator, o Ver. Reginaldo Pujol é o Vice-Presidente, Ver. Paulinho Motorista e outros colegas aqui integram essa Comissão, e o Governo tem participado seja por meio da EPTC, da Secretaria de Parcerias Estratégicas, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade, tem participado desse debate. E eu lembro ao Prefeito Marchezan que não vale somente para agora como também valeu para os Governos anteriores, que com muita honra fiz parte, nós não vamos acertar no mobiliário urbano, não vamos qualificar os abrigos de ônibus, os equipamentos públicos nas praças e nos parques, não vamos qualificar tudo aquilo que deve servir ao cidadão porque a lei está

desatualizada e o propósito maior da Comissão é atualizar, renovar e oferecer uma legislação que dê segurança jurídica para o Poder Público contratar os serviços, porque o mobiliário urbano em Porto Alegre hoje é velho, surrado, depredado, vandalizado e sem a parceria do setor privado, que o cobertor curto do orçamento público não nos permite fazer isso sozinho sem a parceria do setor privado, uma exploração regulada da publicidade para que esse mobiliário esteja integrado à paisagem, nós não vamos vencer esse desafio.

O Prefeito, que nos fala direto de Paris e que anuncia de lá que vai licitar os relógios de rua e, saindo dos relógios de rua, vai licitar as placas que identificam as ruas em Porto Alegre – hoje temos um déficit de 45 mil ruas que precisam de placas de identificação –, precisa também compreender que essa Comissão aqui constituída e aprovada neste plenário está trabalhando para colaborar com a Cidade e para que o Poder Executivo possa, num curto espaço de tempo, fazer a licitação correspondente do mobiliário ou várias licitações, conforme os elementos ali previstos.

Por fim, quero aqui fazer uma referência à questão do pacote de projetos que tratam do transporte coletivo, que também tramita nesta Casa. Hoje pela manhã tivemos a primeira reunião que ouviu da EPTC com maior profundidade o conteúdo desses projetos. Quero aqui de público também fazer um desafio para que esta Casa e a própria Comissão do Transporte Coletivo, para a qual fui indicado pelo meu partido para compor, inclua no debate o projeto sobre o transporte por aplicativo na Cidade. Não podemos mais nos furtar do debate sobre esse pacote que fala muito em retirar benefícios históricos, como dos estudantes, das pessoas com deficiência, dos idosos, mas não dá nenhuma garantia de que a retirada desses benefícios vai representar melhoria na prestação do serviço ou vai implicar redução do valor da tarifa.

Bem disse o Ver. Janta, relator da Comissão, hoje, e aqui me somo a esta posição: nessa composição do valor da tarifa, tem que estar hoje a realidade do transporte que o cidadão escolhe para se deslocar em Porto Alegre, e nós temos que botar lá, Janta, o debate sobre o projeto da lei geral dos táxis e também do transporte por aplicativo. Não existe uma ilha do transporte em Porto Alegre vinculado só ao transporte coletivo. Nós temos que incluir, sim, a nova lei geral dos táxis que está tramitando aqui e o projeto que regulamenta o transporte por aplicativos. Nós temos que enfrentar esse tema porque o cidadão tem a sua liberdade de escolha, e as pessoas que trabalham e vivem dessas atividades devem também ter a tranquilidade de que a Câmara está debatendo o assunto. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Reginete Bispo está com a palavra em Comunicações e depois prossegue nos termos do art. 12 do Regimento.

A SRA. REGINETE BISPO: Uma boa tarde ao Ver. Trogildo, Presidente da Câmara de Vereadores, a todos os meus colegas e as minhas colegas; uma saudação muito especial para a Karen e para os dois suplentes que assumem hoje junto comigo,

do PSOL, e uma saudação muito especial e carinhosa para os meus companheiros e colegas do Partido dos Trabalhadores, especialmente para a Ver.^a Sofia Cavedon, que se licenciou para que a gente pudesse hoje estar aqui, no dia 20 de novembro, Dia do Zumbi dos Palmares, Dia da Consciência Negra, para tomar posse em um espaço em que, infelizmente, nós ainda não estamos devidamente representados. Uma saudação muito especial para os meus companheiros de luta do movimento social, ali estou vendo a Associação dos Senegaleses presente, a Associação dos Conselheiros Tutelares do Rio Grande do Sul, a comunidade indígena Charrua, o povo de terreiro do Fórum de Segurança Alimentar e Nutricional, estou vendo a comunidade quilombola, o Quilombo dos Alpes, o Quilombo de Morro Alto, organizações de mulheres negras, a juventude universitária da UFRGS, que hoje, em homenagem a 20 de novembro, fez uma fotografia lindíssima com todos os alunos cotistas da Universidade. A foto teve que ser por drone, porque, felizmente, estamos democratizando a Universidade. E uma saudação muito, muito especial para o meu companheiro, lutador e ex-Vereador desta Casa Adroaldo Correia, que representa para nós uma luta resistente do povo negro, foi o primeiro Vereador negro da Câmara Municipal.

Quero dizer que, para mim, é uma honra, é uma felicidade poder estar, no 20 de novembro, ocupando esta tribuna, embora já deixe aqui os meus protestos de que esta tribuna deve ser ocupada permanentemente pelo povo negro de Porto Alegre, porque nós representamos mais de 20% da população desta Cidade, e, infelizmente, esporadicamente, temos um ou outro, não é, Ver. Tarciso Flecha Negra? Mas aqui não nos sentimos representados, sequer nas falas e nas políticas que são apontadas. Uma democracia para ser consolidada verdadeiramente precisa da representação de toda a população, e o povo negro, as mulheres, especialmente as mulheres negras, estão sub-representadas nesta Casa, assim como em todas as casas legislativas deste País, especialmente no Congresso Nacional.

Por isso as nossas pautas, as nossas demandas e a nossa luta são invisibilizadas e não são consideradas. Infelizmente, ainda, no Brasil, depois de 130 anos da abolição da escravatura, a sua elite dirigente – perdoem-me os que são exceção –, ainda legisla com a mentalidade no século XVIII, com uma mentalidade escravocrata, que define o lugar do papel do negro com subserviente. Pensar políticas de igualdade e de promoção, com equidade, tem sido uma dificuldade, com uma resistência enorme. Então, a primeira política que deve ser pensada e alterada no País é uma reforma político-eleitoral que garanta efetivamente o poder das mulheres e dos negros neste País, para que coisas que estão acontecendo agora no nosso País, como a reforma trabalhista... Ninguém consultou os negros e negras deste País, que foram escravizados durante quase quatro séculos. Quando o Estado brasileiro começou a olhar para os negros e as negras, vem uma política de recessão e de subtração de direitos que atinge, sobretudo, a população negra e as mulheres negras.

No meu mandato, companheiras e companheiros, colegas, nós nos posicionamos radicalmente contra a reforma da previdência, porque é colocar um povo que recém saiu de um processo de escravização de novo à mercê do capital, das grandes empresas que têm uma dificuldade enorme de nos contratar e de nos pagar salário

digno. Uma das Vereadoras que me antecedeu já colocou os dados estatísticos das condições dos negros e das mulheres negras neste País. Eu gostaria, imensamente, que hoje, nesta Casa, na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, no Dia Nacional do Zumbi dos Palmares... Herói negro, herói nacional que lutou para que fosse construída uma nação onde todos estivessem representados, que foi assassinado pelo exército português, que construiu, segundo a nova historiografia, a primeira república independente das Américas e que o Brasil, a elite brasileira se nega a enxergar, nega-se a reconhecer. Mas nós, negros, temos orgulho, porque Zumbi vive e vive em nós, vive na nossa luta, vive no nosso dia a dia.

Então, companheiros e companheiras, meus colegas, eu gostaria que esta Casa hoje, em vez de discutir temas que são importantes com a comunidade, estivesse discutindo aquilo que é central para consolidação da democracia no País, que é a condição que mais de 50% do povo brasileiro vive e mais de 20% da população de Porto Alegre vive, que são as negras e os negros herdeiros da posição escravocrata da sociedade brasileira. Eu gostaria que hoje esta Câmara estivesse com os olhos voltados para isso.

O hino nacional do Rio Grande do Sul não foi escrito por nós, é história oficial do dominador. Eu entendo perfeitamente que jovens Vereadores e Vereadoras não se identifiquem, porque eu também não me identifico, dói no peito quando alguém chega naquela estrofe e diz: “Povo que não tem virtude acaba por ser escravo”. E nós entendemos que quem não tem virtude é quem escraviza, homem que não tem virtude escraviza! (Palmas.) Nós somos um povo que viemos para cá por falta de virtude de homens brancos dominadores, fomos arrancados da nossa querida África e fomos colocados aqui para construir o patrimônio deste País, para construir o patrimônio desta Cidade e deste Estado, que vende uma imagem de Estado europeu, mas todo mundo sabe que foi construído com mão de obra negra e escrava. (Palmas.)

Então, nós queremos, sim, este espaço aqui o ano todo, os quatro anos, porque é uma democracia capenga, é uma democracia relativa, porque aqui não está o povo negro representado. E, não estando representado, o legislador Executivo, o Poder dominante legisla sempre para garantir os seus privilégios e as suas benesses. Nós estamos aqui não porque nós não nos empenhamos ou porque não fizemos esforço para estar aqui, é porque foi construído o sistema que nos oprime e nos inviabiliza de estar aqui. Por isso, quando fizerem a reforma eleitoral, tem que ter, sim, quotas de gênero e quotas raciais, mas não para disputar eleição, porque a disputa da eleição só puxa votos para eleger homens brancos para ocupar vagas aqui; 50% das vagas aqui desta Câmara têm que ser destinadas para mulheres e negros. E todas as representações que têm aqui.

Eu quero dizer que me sinto muito orgulhosa de estar aqui representando a luta de todos esses movimentos que carecem de políticas, de atenção especial. Nós temos aqui a comunidade imigrante e refugiada da nossa Cidade que, diferentemente do tratamento que foi dado a outros imigrantes refugiados, eles são tratados com polícia, e, se presos, as portas lhe são fechadas, e nós queremos discutir isso aqui na Câmara de Vereadores, por que isso acontece. Nós estamos com o povo de terreiro aqui, com a Mãe Vera, que já ocupou esta tribuna, nós queremos discutir por que a intolerância

religiosa acontece aqui nesta Cidade, por que acontece no Brasil. Nós queremos discutir por que os nossos filhos, os nossos netos, os nossos jovens estão sendo assassinados diuturnamente neste País, e ninguém faz nada, todo mundo aceita com naturalidade, com normalidade.

Eu quero aproveitar, companheiros e companheiras, meus irmãos e minhas irmãs, nesses dias que estarei aqui para debater isso. Amanhã, na Comissão de Direitos Humanos, vamos discutir a situação dos imigrantes africanos e caribenhos aqui na nossa Cidade. Nós vamos discutir, Mãe Vera, a situação dos povos de matriz africana, porque esta Casa, seja branco ou negro, o homem tem compromisso com isso, porque o Estado é laico, não é dessa ou daquela profissão de fé. Nós queremos discutir, Karina, a regularização dos territórios quilombolas e saber por que as políticas não chegaram lá, é isso que esta Casa tem que fazer. Nós queremos preservar os territórios quilombolas e os territórios das comunidades de terreiro aqui desta Cidade. Mãe Vera, com o seu ago, eu peço que, nesses três dias, o Bará, que é senhor da comunicação, oriente a minha fala para que seja profícua, e que a minha mãe Iemanjá, que é dona do ori, da sabedoria, e a mãe de todos nós, possa me dar sabedoria para enfrentar este espaço e construir a luta necessária para todos nós, porque Dandara vive, Sarai vive, Luiza Bairros vive, Zumbi vive, vivem em nós, vivem na nossa luta e vivem na luta do povo negro. Este País nunca será democrático enquanto não tiver o povo negro em todos os espaços de decisão, porque nós somos a maioria, somos 51% e, em 2020, seremos 65% do povo brasileiro. Vive Zumbi! Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Dr. Marcelo Rocha está com a palavra em Grande Expediente, após prossegue sua manifestação nos termos do art. 12 do Regimento.

O SR. DR. MARCELO ROCHA: Boa tarde, Sr. Presidente; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores, público que nos assiste nas galerias. Para mim é uma grande alegria estar aqui hoje, Dia da Consciência Negra, assumindo este mandato. Eu sou médico, tenho Pós-Graduação em Psiquiatria, minha primeira experiência profissional foi no Lami, o bairro mais afastado desta Cidade, um bairro esquecido pelo Poder Público, onde não tem estrutura, onde o Estado não chegou. Do Lami, fui trabalhar na Restinga, bairro para onde os negros foram empurrados depois de serem expulsos da Cidade Baixa, que era onde moravam, que era periferia da cidade de Porto Alegre. Esse bairro é símbolo de resistência. Resistência que carrego nos meus pais, nas minhas guias, na minha origem.

O povo negro deste País é um povo oprimido, é um povo que deu sangue para construir este País. É um povo que, diferentemente de outros lugares onde foi feita

a segregação, além de ser segregado, foi embranquecido. A minha família é resultado desse embranquecimento, eu sou resultado desse embranquecimento. Meu antepassado, baiano, não tirava foto porque não queria deixar para os seus descendentes a vergonha de ser negro. Isso é que o escravizador, o colonizador colocou na cabeça e nos corações da população negra brasileira. Tentam nos convencer de que nós somos menos. Tentam nos convencer de que nós temos que ficar cada vez mais claros para sermos cada vez mais palatáveis para a sociedade. Mas isso não é uma realidade.

A Vereadora citou que nós aqui estamos representando nossos eleitores. Sim, nós estamos representando nossos eleitores, eu estou representando 2.398 votos que me foram confiados na cidade de Porto Alegre. Dois mil trezentos e noventa e oito votos que foram confiados para um médico que, em vez de sair para trabalhar no particular, saiu para trabalhar na periferia. Então, LGBT. Foram 2.398 votos que foram confiados para um religioso de matriz africana. Em breve, pelas mãos do meu babalorixá e a benção de Iemanjá, serei babalorixá. Eu estou representando esses 2.398 votos. No momento em que eu sentei naquela cadeira, porque eu não vou ficar de pé ouvindo um hino racista, eu estava representando esses votos, era isso que eu estava fazendo. (Palmas.) Porque é isso que as pessoas que votaram em mim esperam de mim, que eu não aceite que “povo que não tem virtude acabe por ser escravo”. Eu quero dizer que, sim, o povo negro tem muita virtude. Quem não tem virtude foi quem escravizou.

Eu vou dizer uma coisa: racismo é o que faz uma branca vir até aqui dar o discurso que deu e, logo depois que uma Vereadora negra estava falando aqui, dar as costas e ir embora! Isso é que é racismo! Isso é racismo! Por que não ficou para ouvir? Sentei. Sentaria de novo; todas as vezes que forem necessárias eu vou sentar. Enquanto não mudarem o hino do Rio Grande do Sul, eu vou sentar cada vez que ele tocar, porque ele não representa o povo do Rio Grande do Sul. Este Estado foi construído por mãos negras, a Igreja das Dores foi construída por mãos negras, assim como a cidade de Porto Alegre também foi. O meu pai Bará – Ayu para meu pai! – está sentado no Mercado Público porque a elite desta Cidade, quando tinha um problema, chamava o príncipe Custódio para fazer trabalho! Aí o negro serve? Aí não tem racismo?

Então, senhores e senhoras, eu só tenho a lamentar o que aconteceu nesta Casa hoje. Eu só tenho a lamentar que uma Vereadora tenha levantado para dizer que se desculpa com a Aeronáutica porque nós sentamos. Mas eu tenho certeza absoluta de que, quando eu e a Ver.^a Karen sentamos, a gente estava representando aquele monte de negros que estavam aqui e eram da Aeronáutica. Eu tenho certeza absoluta disso.

O Sr. Prof. Alex Fraga: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu fiz uma pesquisa breve para que nós, integrantes desta Casa Legislativa, não passemos todos por ignorantes. A lei federal citada anteriormente na tribuna, a Lei nº 5.700, determina os modos, digamos assim, o comportamento durante a execução do hino nacional brasileiro. A Lei Estadual nº 5.213, que fala sobre os símbolos do Estado do Rio Grande do Sul, não apresenta nenhum tipo de postura pré-identificada durante a execução do hino rio-grandense, portanto o senhor não fez absolutamente nada de errado. Absolutamente nada de errado, apenas manifestou publicamente seu desconforto

com relação a um trecho da letra desse hino. Portanto, não há qualquer motivo de apreensão, temor ou então de vergonha quanto ao que o senhor e a Ver.^a Karen manifestaram no plenário. Apenas um descontentamento com relação a esse trecho, que, sim, tem um viés racista, para lamento de todos nós. Um grande abraço, muito obrigado pelo aparte.

O SR. DR. MARCELO ROCHA: Eu agradeço, Ver. Alex, pelo aparte. Corroboro ainda o que o senhor colocou, Vereador, porque eu acho que a gente tem que ter uma coisa em mente: nem sempre o que está na lei é o correto. O que a Alemanha nazista fez estava na lei – eu jamais seguiria essa lei. A escravização, Rafael Lemes, estava na lei – eu jamais aceitaria essa lei. Aliás, não me surpreende que a Vereadora tenha citado uma lei da época da ditadura militar. Não me surpreende, é esperado.

Voltando ao que eu dizia, este aqui é um espaço de resistência. Eu sei que a minha presença com as guias dos meus pais causa desconforto.

O Sr. André Carús: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Dr. Marcelo, é um honra recebê-lo aqui, sei que tem servido esta Casa no mandato do Ver. Robaina e foi bem votado nas eleições. Só quero fazer uma pequena observação com relação à manifestação da nossa colega Ver.^a Comandante Nádia, da Bancada do PMDB. Ela tem o livre direito de manifestação e a inviolabilidade das suas manifestações na tribuna, e o debate, o contraponto é saudável, mas não vou aqui deixar passar batido que o PMDB não é um partido que corrobora ou tenha apoiado a ditadura militar, muito pelo contrário, foi o líder da restauração da democracia neste País, foi o líder da Diretas Já, e se existem deformações em nível nacional, não são com a anuência do PMDB do Rio Grande do Sul. Obrigado.

O SR. DR. MARCELO ROCHA: Perfeito, Vereador, não me referia ao seu partido, me referia à posição da Vereadora aqui colocada anteriormente. Mas eu dizia que a minha presença aqui, com LGBTs e com guias da religião de matriz africana, causa desconforto. Eu sei que a presença da Vereadora Karen, com a camiseta que está usando, causa desconforto; eu sei que a presença da Ver.^a Reginete causa desconforto; eu sei que a presença do Ver. Tarciso causa desconforto, porque o Brasil passa por um processo de racismo estrutural construído historicamente. Então, essas presenças, sim, causam desconforto, mas a gente está aqui para resistir. É isto que a religião de matriz africana é: resistência. Nós resistimos à tentativa de transformar o nosso Ogum em São Jorge; nós resistimos à tentativa de transformar meu pai Oxalá em Jesus Cristo – nós resistimos –; nós resistimos, enquanto LGBTs, a tentativas milenares de fazer a gente se curar. Nós resistimos e vamos continuar resistindo.

Eu queria agradecer aqui ao pessoal que está até agora ouvindo o discurso, que acreditou no projeto, que me ajudou a obter esses 2.398 votos, meu Babalorixá, Pai Everton de Yemanjá Abomi, Liane, Élia, minha avó com 91 anos, minha mãe, Karine, Lu, Jefferson, César, meus irmãos, minhas duas madrinhas que estão aqui, Vera de Ogum e Vera de Oyá. Eu queria agradecer, porque esse mandato não é o mandato do

Marcelo; esse mandato é coletivo, curto, vamos tentar aproveitar ao máximo, conquistado com cada uma dessas pessoas que representam cada LGBT que é morto – um a cada 26 horas neste País, por crime de ódio –; que representam os religiosos de matriz africana; que representam o povo negro, embora a minha família tenha passado por um processo de embranquecimento; que representam a luta pela saúde, a luta pelo SUS, que é uma luta democrática no nosso País. O Ver. Carús falou na questão da luta contra a ditadura militar, pois a construção do SUS foi feita a partir da luta contra a ditadura militar, não é por acaso que o SUS apareceu na Constituição de 1988, o SUS que a gente vai continuar defendendo contra as tentativas de terceirização, contra as tentativas de privatização.

Eu queria deixar muito escuro que Porto Alegre passa por um período muito ruim de sua história. Muito ruim. A nossa Cidade está se degenerando. Se a gente for andar por aí, as ruas são só buracos. Não tem segurança, não tem saúde, a educação está cada vez pior.

A gente construiu o Plano de Governo – eu fui um dos responsáveis por ter construído o Plano de Governo da saúde da Luciana Genro, porque a gente acreditava que Porto Alegre tinha para onde prosseguir. Fomos derrotados nas eleições. O povo decidiu fazer a sua experiência com Marchezan. Acho que o povo já está tirando as suas conclusões. Nós temos um Prefeito – e eu acho que é importante falar disso – que falou que não daria R\$ 40 mil para a construção da Parada Livre que acontece agora, no domingo – inclusive, convido todos os colegas para estarem lá, porque é uma manifestação política extremamente importante. O Marchezan negou R\$ 40 mil para a Parada Livre, mas R\$ 80 mil para descobrir que tem tomada para carregar o celular em Paris ele tem. Para passear por aí o Marchezan tem. Então, não é que não tem dinheiro, é que, sempre quando a gente vai gerir alguma coisa, existem prioridades, e as prioridades do Marchezan estão muito escuras. A gente sabe quais são as prioridades do Marchezan.

O Orçamento que foi enviado para a Câmara Municipal tinha R\$ 1,6 milhão para a construção de novos postos de saúde. Já para o Programa Especial de Outorga de Ativos, tinha mais de R\$ 4 milhões. E nós, no mandato do Ver. Robaina, construímos emendas exatamente para corrigir estas distorções que o Prefeito está provocando na Cidade.

Eu gostaria de encerrar dizendo que a luta que estamos fazendo esta semana aqui na Câmara de Vereadores é uma luta essencial, como colocou a Ver.^a Reginete, para a democracia deste País. Um país democrático não pode aceitar que uma aialorixá seja obrigada, num ataque fundamentalista, a quebrar seus próprios orixás. Para nós, religiosos de matriz africana, nada é mais agressivo do que a gente quebrar o nosso sagrado. A gente não pode aceitar que um babalorixá seja morto porque se negou a fazer isso. E eu vejo muito pouco sendo falado disso. Eu vejo muita coisa sendo falada de criminosos por aí, dizendo que eles não têm que ser investigados, mas eu não vejo nada sobre o Rafael Braga, que está preso injustamente desde 2013! Então nós vamos combater e nós vamos dar resistência.

Eu queria deixar aqui muito explícito que a Vereadora que pediu desculpas em nome da Câmara Municipal pela atitude que eu e a Ver.^a Karen tomamos – e que tomaremos de novo quantas vezes forem necessárias – não fala pela Câmara Municipal de Porto Alegre. Ela é uma como eu sou. Não em nosso nome, não falará em nosso nome! (Palmas.) Até queria fazer uma correção à Ver.^a Nádia, depois, quero que ela veja que não é transtorno obsessivo desafiador, é transtorno de oposição e desafio. Eu, como estudante de psiquiatria, posso dizer para ela. Eu quero dizer e vou falar antes já que este é um poema, porque eu já vi que não conseguem entender que “Povo que não tem virtude / Acaba por ser escravo” é uma coisa absolutamente racista. E digo mais, o povo negro tem muita virtude, sim. Se eu tiver de obrigação na minha casa de santo e a Ver.^a Mônica entrar na minha casa de santo, eu vou convidá-la para sentar na minha mesa, porque essa é a minha visão de mundo. Essa é a visão de mundo africanista. Isso não é virtude? O que é virtude? Escravizar? Isso é virtude? Então, eu quero dizer: não fale em nosso nome! (Palmas.) Nós vamos manter o combate pela nossa visão de mundo, pelos princípios africanistas e digo, como diz um poema, com licença poética, para que entendam, tudo o que foi feito ao povo negro neste País deve reparação. Vocês nos devem até a alma. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cláudio Janta assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. ALDACIR OLIBONI (Requerimento): Sr. Presidente, solicito que o Requerimento nº 202/17, que trata da convocação do Prefeito, e o Requerimento nº 200/17, sugerida pela nossa querida colega Ver.^a Reginete, que trata da demarcação das terras do povo quilombola, que é uma Moção de Apoio para o Supremo Tribunal Federal, sejam priorizados na ordem de votação da Ordem do Dia na próxima Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa) Os Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra em Grande Expediente, por cédência de tempo do Ver. Idenir Cecchim.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, meu avô chegou no Brasil com 14 anos, fugido das perseguições bolcheviques, na Polônia, aqui virou mascate, imigrante, como todos os imigrantes italianos ou qualquer outro, e saiu singrando o Rio Grande do Sul, com sua bolsinha, vendendo. Conhece uma negra, fuge da sua tradição familiar, pelo amor que os uniu, casam e constituem uma família, lá em 1930, quem sabe, onde o preconceito que se fala hoje era muito maior. Um judeu e uma negra. Então, por favor, quando vierem falar com preconceito, e existe é verdade, mas, alto lá, como certos lugares comuns. Minha avó Maria e meu avô Henrique fizeram tudo que podiam para dar educação ao meu pai, que não era nada, que saiu lá de Bagé,

imaginem, um imigrante que chegou aqui com 15 anos, mal falava português, a minha avó era analfabeta e fizeram todo esforço, porque, se eles sabiam que a geração deles estava perdida, pelo menos para a próxima geração eles podiam legar alguma coisa. E disseram: “Meu filho, se nós não pudermos te dar nada, vamos te dar o bem mais precioso que nós podemos deixar, que é a educação”. Acho que quando a gente fala nessas questões de preconceito, e ele existe, quando a gente fala de grilhões invisíveis, e eles certamente existem, Ver. Ferronato, não há condenação que impeça que alguém, pelo seu próprio esforço, contra todo o tipo de preconceito, vença essas barreiras e prospere na vida. Meu pai foi amigo e irmão de infância do Alceu Collares, e conta que, um dia, quando tinha 11 anos, estava na sala de aula, o padre abre a porta e diz: “Este aqui vai ser colega de vocês”. O Collares – o Negrão, vou falar aqui, eu tenho sangue negro, por isso falo isso sem...

(Manifestação nas galerias.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sou! Exatamente! Minha avó era negra, minha querida! O Negrão entrou lá, já era grande, já era velho, com 18, 19 anos. Agora, o preconceito está na cabeça desta moça que está aqui, que é uma raivosa; o preconceito está na cabeça dela! Isso que é triste! Quando a pessoa – aí vem a questão da educação e o que a falta de uma educação formal de melhor qualidade nos faz – acha que o Hino, quando está dizendo que “Povo que não tem virtude / Acaba por ser escravo”, ele não sabe interpretar o Hino, porque, na verdade, é o que acontece com o Brasil! Nós estamos hoje desprovidos de virtudes, e quando nós estamos desprovidos de virtudes, nós somos escravos da corrupção, nós somos escravos da ignorância, nós somos escravos do descaso, nós somos escravos de tudo isso, porque nós não sabemos continuar virtudes, Srs. Vereadores! É isso! Essa é a interpretação. Falando em povo judeu, um povo que sabe de preconceito como poucos, há uma passagem bíblica que diz: “Lembra-te de que foste escravo na terra do Egito”, falando da igualdade das pessoas, lembrando, quando celebramos, lá atrás, a Páscoa, que fomos escravos que a fé libertou, que a crença no bem liberta, que a perseverança, que o trabalho, que os valores libertam, e que se nós sofremos um tempo, não há mal que dure para sempre, mas nós temos que fazer por nós. Essa ideia do paternalismo é a mesma que tentei falar hoje para os militares que estavam aqui, e muitas pessoas disseram: “Nós queremos intervenção militar”. Mas que intervenção militar? Esse é o tipo do pensamento mágico do cara que é preguiçoso e que acha que vai vir um militar para salvá-lo. Por um lado, pode até ter um fundo bom, porque as pessoas estão vendo que nesse deserto de valores em que se transformou a sociedade brasileira, pelo menos, lá na caserna, ainda existem valores: civismo, ética, correção, retidão. Talvez isso, Alexandre, leve para esse pensamento de que quer intervenção, mas é um pensamento preguiçoso. É difícil pensar, dói pensar, saber que não vai vir um salvador, um messias, como o povo espera, para nos salvar, que nós é que temos que nos salvar. Não vai vir alguém para fazer intervenção e resgatar o Brasil, se não o povo brasileiro.

Por falar nisso, Sr. Presidente, por falar em povo brasileiro e em política, eu quero fazer aqui uma confissão. Como eu tenho me envergonhado – não por mim, meus queridos colegas, não pelos 36 Vereadores que estão aqui –, meus caros Freitas e Medina, como político e como brasileiro, de, nesse quadro histórico do nosso País, ser político. Às vezes, meus queridos Mendes Ribeiro, André Carús, Comandante Nádia e Cecchim, nosso Líder, como eu me envergonho também de ser peemedebista. Mas só sente vergonha quem tem vergonha! E essa vergonha que eu sinto, em nenhum momento, me move para que eu queira sair do partido ou para que eu queira fugir da luta. Eu não quero mudar de partido, eu quero é mudar o meu partido! O PMDB tem páginas heroicas e históricas na redemocratização do nosso Brasil. Eu, quando fui Presidente do partido, Mendes, peguei, numa sala mofada e cheia de cupins, uma foto do Teotônio Vilela e mandei colocar atrás da mesa do Presidente, porque ele, com câncer, em estado terminal, percorreu este Brasil inteiro falando da importância da democracia, essa democracia em que as pessoas descreem hoje, não querem mais votar. Mas será que nós lutamos? Será que houve resistência para que, de fato, 20 anos depois, 30 anos depois, as pessoas achassem que a democracia não vale mais a pena, como no ano passado, quando 400 mil pessoas não votaram? Ontem, eu andava pela ciclovia da Ipiranga, e sinto vergonha de ser Vereador de Porto Alegre, porque foi feita há quatro anos e está caindo. Antes de anteontem, eu fui a um cartório e uma senhora disse: “Eu fui tua eleitora e te fiz um pedido, e tu ainda não me atendeste”. Eu disse: “Qual foi o pedido?” “Que vocês botassem números nas casas!” Eu disse que isso não é tarefa de Vereador, e que nós temos cobrado. E eu sinto vergonha! Eu sinto vergonha, quando nós, 36 Vereadores, andamos por aí e as pessoas dizem que não têm placas nas esquinas e que nós devíamos fazer isso. E eu sinto vergonha! Eu sinto vergonha quando vou caminhar na orla e acho que é possível juntar três, quatro empresas e colocar o mínimo de equipamentos decentes para as pessoas fazerem ginástica e tem lá um pedaço de pau para fazer um abdominal, uma barra! E o Prefeito vai a Paris para se jactar, para dizer que na parada de ônibus de Paris tem energia elétrica e tem carregador de celular. Mas ele tem que olhar a parada de ônibus da Vila Esmeralda, da Lomba do Pinheiro! Eu sinto vergonha, quando eu ando na rua e desvio de um buraco e caio em outro, entro numa história que é só costeletas! Eu sinto vergonha, quando vejo as pessoas pedindo uma consulta no posto de saúde e não tem! Eu sinto vergonha, quando um empreendedor vai empreender na nossa Cidade e pena um rosário, um calvário de quatro, cinco, seis anos para fazer um investimento em Porto Alegre para gerar emprego. Grande parte da nossa visão política acha que aquela pessoa é um criminoso, é um especulador imobiliário, que tem que ser punido! Eu sinto vergonha, quando olho para dentro do serviço público e vejo que os funcionários têm essa visão antiempreendimento, antiempreendedor, antidesenvolvimento! Não se apercebendo que do couro saem as correias e se não tem economia privada, não tem imposto, e se não tem imposto não tem dinheiro para manter o posto de saúde 24 horas aberto! E não tem dinheiro nem para pagar o salário daquele servidor! Eu sinto vergonha, porque não conseguimos fazer educação em turno integral! Eu sinto vergonha, quando me deparo com a desesperança de um povo que, com razão, se indigna, e nós, os seus políticos,

que deveríamos bem representá-los. Essa desesperança faz com que o povo descreia da política, que ele se omite da política, quando, na verdade, ele deveria fazer o contrário! Ele deveria aproveitar tudo isso que está aí, tudo que não presta, tudo que nos indigna, tudo que nos bate na cara como mau exemplo, e encontrar a porta de saída disso tudo que só pode ser através do voto! Não é através da indignação somente, da reclamação somente e muito menos através da omissão, que não leva a lugar nenhum, nem faz sair desse buraco. Eu sinto vergonha, quando eu defendo ideias liberais conservadoras, quando eu acho que tem que ter menos Estado; quando eu acho que as corporações, às vezes, parecem com aquele viciado que sempre quer um pouco mais de morfina; e para fazer algo que é sua obrigação, querem mais uma FG, mais uma gratificação, mais isso, mais aquilo, não percebendo que, muitas vezes, o carrapato está maior do que o boi, e o boi é a sociedade, o boi é quem gera emprego. Mas aí elege alguém em quem eu não votei, não trabalhei, mas que, em tese, defendia um ideário que eu defendo e está há um ano na Prefeitura, e não tem conseguido superar isso! Não tem conseguido construir um novo cenário! Não tem conseguido construir relações! E a Cidade que já estava ruim, está muito pior! Errou no transporte público; errou no funcionalismo; errou na reforma administrativa, que nós tentamos falar aqui; na divisão dos setores do DEP e do DMAE em dois, que não funcionou; na manutenção das comissões numa estrutura fora do licenciamento urbano, que deveria ser, e da desestruturação da Secretaria do Urbanismo, na desestruturação das fiscalizações, que tinham que ter uma secretaria específica para isso. E obviamente, que isso é ruim para nós, meus caros Vereadores, para quem, nesta Câmara aqui hoje, constitui a maioria, mas que o atual desempenho do Prefeito está esterilizando o cálculo de pensamento e as ideias que nós defendemos, e está alimentando, para mim, tudo aquilo que a história já venceu, que é um discurso preconceituoso, divisório, rançoso da extrema-esquerda, que sempre quer dividir a sociedade: nós e eles, brancos e pretos, preconceito nisso e naquilo, dividindo sempre, trabalhando sempre com a perspectiva e com a matriz do ódio, do antiempreendedorismo, das megacorporações públicas inchadas.

O Brasil, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, tem o maior programa de distribuição de renda do mundo, ele retira da economia privada, do pipoqueiro, do encanador, do carroceiro, do médico, do dentista, do profissional liberal, do lojista, retira de todos esses, para alimentar uma superestrutura pública. O Judiciário é uma ilha de privilégios; a aposentadoria média no Judiciário é de R\$ 34 mil. Os Legislativos, não os Parlamentares, à exceção do Congresso Nacional, por força de que estão sujeitos à pressão popular, não têm mais privilégios nenhum, mas a aposentadoria média dos servidores do Legislativo é de R\$ 30 mil; do Executivo, onde estão professores, policiais, a aposentadoria média é R\$ 10 mil. E na iniciativa privada, quanto é? Menos de mil! É possível, é essa a justiça? São esses que falam em justiça, por exemplo, da extrema-esquerda que eu vejo defendendo os privilégios dessas megacorporações! Mas que caminho é esse que queremos construir para o Brasil?

Olha, eu espero, Sr. Presidente, para concluir, que passado este primeiro ano – e é evidente a inapetência auditiva do Prefeito e evidentes os equívocos que foram cometidos até agora –, que uma certa luz divina baixe. Que ele tenha capacidade de

ouvir esta Câmara, que ele tenha capacidade de construir com esta Câmara, e que ele tenha capacidade de corrigir os rumos para 2018. Porto Alegre merece mais. Porto Alegre merece saúde; Porto Alegre merece educação; Porto Alegre merece condição viária; Porto Alegre merece ser menos burocrática; Porto Alegre, enfim, merece aquilo que nós queremos para a nossa Cidade. Merece mobiliário urbano e merece, acima de tudo, que nós, homens públicos da nossa Cidade, não precisemos andar por aí nos envergonhando, nos escondendo, com o serviço que os políticos têm, via de regra, oferecido para a nossa sociedade. Que a gente consiga, Presidente, que nós consigamos nesse ano de 2018, ano chave para o Brasil, mostrar para as pessoas, que pouco conseguem ver, dado o cenário que aí está, que não há outra saída, não há outro caminho, não há outra redenção se não dentro do processo político da participação consciente, da participação cidadã. E que a Câmara continue exercendo o seu papel, com hombridade, com autonomia, com independência, porque cada um aqui dos Vereadores representa um espaço político da sociedade e nós somos não aquilo que o Prefeito disse, com mais discordâncias que eu possa ter com outras bancadas aqui, nós somos não aquilo que o Prefeito disse, nós somos Parlamentares, nós somos políticos na melhor expressão da palavra. Nós estamos aqui defendendo ideias, cada um com a sua visão de mundo, e eu tenho certeza que cada um querendo construir para Porto Alegre o melhor das suas esperanças e das suas expectativas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cassio Trogildo reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Apregoo Ofício nº 001/17, de autoria do Reginaldo Pujol (Lê.): “Comissão Especial para Tratar sobre Projetos do Executivo acerca do Transporte Coletivo de Porto Alegre da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Décima Sétima Legislatura – Processo nº 2109/17 – Requerimento nº 148/17. Senhor Presidente: Dirigimo-nos a Vossa Excelência para informar-lhe que, em reunião realizada nesta data, foram eleitos o Presidente, Vice-Presidente e o Relator da Comissão Especial acima mencionada, como segue: Presidente, Ver. Reginaldo Pujol; Vice-Presidente, Ver. André Carús; Relator, Ver. Cláudio Janta; demais integrantes: Ver. Aldacir Oliboni, Ver. Alvoní Medina, Ver. Cassiá Carpes, Ver. Mauro Zacher, Ver. Moisés Maluco do Bem, Ver. Paulo Brum, Ver. Professor Wambert, Ver. Roberto Robaina, Ver. Rodrigo Maroni”.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 17h23min): Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

O SR. RICARDO GOMES (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, votar o Requerimento nº 198/17. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ricardo Gomes. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com o voto contrário do Ver. Prof. Alex Fraga.

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada do PLE nº 002/15 da priorização de votação da Ordem do Dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Luciano Marcantônio. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 198/17 – (Proc. nº 2935/17 – Ver. Ricardo Gomes) – requer a constituição da “Frente Parlamentar da Desestatização”.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento nº 198/17. (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 198/17.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, caríssimo colega Ricardo Gomes, se V. Exa. nos propusesse um debate sobre a questão do serviço público em Porto Alegre, sobre as nossas companhias, sobre os nossos departamentos, um debate mais amplo sobre Parceria Público-Privada, se propusesse aluguel de ativos, se propusesse que se fizesse um esforço para aquelas empresas, departamentos que funcionam efetivamente, se nós pudéssemos turbiná-los para serem cada vez mais públicos, em vez de puramente estatais, nós lhe acompanharíamos. Agora, V. Exa. tem toda a liberdade para fazer uma Frente. Eu vou me opor porque acho que é um estreitamento do debate necessário. Por quê? Na Carris, o Sr. Prefeito Municipal quer contratar duas consultorias. Eu procurei o Prefeito em janeiro para lhe dizer que tenho à minha disposição, sem custos, pessoas que têm conhecimento sobre a Carris... E não é para depois ter um CC, como aconteceu com o Banco de Talentos, é para discutir efetivamente se a Carris é viável ou não. Na minha opinião, a Carris é totalmente viável, Ver. Oliboni, V. Exa. que tem relações umbilicais com a Companhia. Eu conheço a Companhia, tenho acompanhado, desde a época do Lorenzi, desde o momento que começou a dar prejuízo no Governo anterior. Eu sempre fui crítico das

gestões da Carris, dizendo que eram temerárias, e não mudou nesta gestão. Talvez não seja temerária hoje, mas não estão encontrando o ponto de equilíbrio e, de uma forma criminosa, estão deixando os ônibus largados, inclusive há canibalização de ônibus sistematicamente, em vez de fazerem um plano para compra de peças, equipamentos para salvar a Companhia, que tem solução, não precisa ser privatizada, não deve ser privatizada.

Ricardo Gomes, eu não sou antiprivatista – não sou! Eu vou lhe dar um exemplo: no Estado do Rio Grande do Sul, eu não quero que feche a FEE. A primeira-dama fez, num evento, citações com base nos dados da FEE. Agora, o Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore não precisa existir, mas está dentro da Secretaria de Cultura. Vou dar um exemplo periférico, eu podia dar outros – então, não sou nesse sentido –, o Parque Assis Brasil, aquele latifúndio que lá existe e que não funciona a maior parte do ano. Eu fui responsável de lá por 10 meses e 20 dias na sua condução e fiz a 37ª Expointer, quem colocou a Parceria Público-Privada na rua, sobre o Parque Assis Brasil, fui eu, portanto eu defendo a Parceria Público-Privada. Eu fui, inclusive, em Viamão, num debate na Câmara, convencer que eles deveriam aprovar a Parceria Público-Privada, a questão como você vai formatar, Bosco, depois, a Parceria Público-Privada, essa que é a grande questão.

Por isso, eu acho que a sua proposição estreita o debate, ela é feita exatamente para nos acantonar, porque eu sei a sua posição, como também sei a do Ver. Felipe Camozzato sobre esse tema, mas eu sempre estive aberto para discutir com esses dois Vereadores porque eu sei a posição liberal que eles defendem, mas eu não posso concordar, neste momento, em que estão torpedeando a Carris, abrir mais uma portinha para dar um golpe de morte na Carris. Por isso que não vou acompanhar a sua proposição, pelo contrário, Ver. Alex, vou me debater contra essa questão, porque isso faz parte da luta em defesa especialmente da Carris, que é uma empresa viável, necessária. Paulinho Motorista, por isso que eu brado: viva a Carris, vida longa a Carris, não à privatização!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 198/17, como autor.

O SR. RICARDO GOMES: Sr. Presidente, Ver. Adeli, colegas Vereadores, eu quero me dirigir a todos os senhores e senhoras e pedir as suas atenções para esclarecer qual é a proposta que nós vamos votar no Requerimento: é da formação de uma Frente Parlamentar, não é, portanto, um projeto, não é, portanto, uma desestatização específica. A ideia é constituir uma Frente Parlamentar para que todos nós, Vereadores, possamos debater, conhecer melhor, nos aprofundar, fazer um debate sobre desestatização porque, se projetos virão a esta Câmara, tanto melhor que os Vereadores tenham estudado mais, conversado mais, debatido mais, ouvido casos de sucesso e de fracasso, porque há casos de fracasso que é preciso entender para não

repeti-los. Portanto, Ver. Adeli, gostaria até de pedir a reconsideração de V. Exa., porque sei que V. Exa. é um democrata e que não se colocará contra o espaço de debates desta Câmara. Ora, já temos aqui um projeto que trata do DMAE, logo teremos outros projetos, por que não debater? Por que não estudarmos casos? Por que não aportar uma visão da Câmara de Vereadores sobre os assuntos de desestatização que virão? Por que não podemos debater se em alguns casos cabe, se em outros casos não cabe? Qual a forma adequada para um projeto ou para outro. Isso é suprapartidário. A Presidente Dilma optou por desestatizar a prestação aeroportuária. Se o fez bem ou mal, certamente há lições que temos que aprender e fazer eco nesta Câmara aos projetos mais modernos do mundo. Vivemos um momento em que é preciso entender e conhecer esses projetos porque os votaremos, assim como o Governo do Estado votou, como a União votou, não apenas no atual Governo, mas no anterior. Então, pedimos, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores presentes, para a formação de uma Frente Parlamentar, para que nós possamos lá, como Vereadores, debater, conversar, conhecer casos de sucesso e de fracasso, de contratualização, de PPPs, de privatização, entender melhor e debatermos entre nós sem esperar que venha um projeto de onde quer que venha, que nós possamos fazer um debate desta Casa, desta Câmara sobre esses assuntos. Se um Vereador ou outro é contra ou a favor, terá um momento no plenário, ao debater projetos específicos de votar “sim” ou “não”. O que eu gostaria de pedir as senhoras e aos senhores é a oportunidade de formarmos essa Frente Parlamentar para debatermos o tema, e não posso entender que, mesmo aqueles que são contrários, Ver. Prof. Alex, à desestatização que não sejam contra a formação de uma Frente Parlamentar para debater formas, meios, oportunidades em que se deve ou não fazer. Projetos específicos terão seu debate, suas oposições, suas posições, suas emendas quando acontecerem. Essa é uma Frente Parlamentar em que queremos discutir se cabe, de que forma, qual a melhor forma de fazer, para atender o interesse dos usuários dos serviços públicos, para atender o interesse do cidadão porto-alegrense, que é o usuário dos serviços públicos. É no cidadão que nós devemos focar o andamento dos trabalhos dessa Frente que eu peço que seja aprovada com o voto das Sras. Vereadoras e dos Srs. Vereadores. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 198/17.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Ver. Ricardo, eu vou votar favorável porque sempre procuro e quero estar em sintonia com as ideias do amigo, mas isso não me afasta a certeza de que existem, no presente momento, muitas frentes parlamentares abertas na Câmara de Vereadores. Acho que é uma reflexão que teremos que fazer, vindoura. Eu, mesmo, estou na Frente Parlamentar da Tecnologia da Informação, na Frente Parlamentar do Revogação, na Frente Parlamentar do Empreendedorismo, na Frente Parlamentar do Centro Histórico, na Frente Parlamentar do Idoso, e, em muitas

delas, eu não tenho conseguido participar, como a Frente da Segurança Pública, porque, de fato, temos que atender as coisas do mandato. Mas acho que o seu tema é fundamental. Eu conheço privatizações bem-feitas, e privatizações malfeitas. Eu vou dar dois exemplos. Aeroporto de Brasília, eu ia muito a Brasília, era um horror quando era público. Quando foi privatizado, tornou-se um espetáculo. É um aeroporto que está em igualdade e condições com os melhores do mundo! Houve muito investimento. Mas conheço privatizações muito malfeitas – mea-culpa nossa – ,no Governo Brito, do PMDB, nós tivemos a privatização das rodovias do Rio Grande do Sul extremamente malfeitas. Diferentemente da privatização da *freeway*, por exemplo, que estabeleceu no contrato contrapartidas e tudo mais.

Eu estou há anos-luz de distância da extrema esquerda, que acha que lucro é pecado. Muito antes pelo contrário, eu acho que lucro é a justa premiação de quem arrisca, de quem empreende, e todo mundo tem que trabalhar com lucro. Então, eu não vejo mal numa privatização em haver lucro, agora, acho que isso tem que estar contratualizado e tem que haver ferramentas que meçam esse lucro: tem que ser auditado, tem que saber quanto é... Só no Brasil é que existe uma taxa de retorno menor que dez anos; na Europa não tem isso. Então, o empresário brasileiro quer ter tudo muito rapidamente, e isso também está errado. Portanto, há exemplos bons e ruins. Para ficar na questão da Carris, eu digo que o fato de ela ser pública hoje, Tarciso, está acontecendo com ela o mesmo que está acontecendo com os Correios. E aí os meus colegas aqui da extrema-esquerda vão ter que refletir a respeito disso. Volto a falar na mesma expressão: o carrapato fica maior do que o boi – daí não dá, o boi morre! É porque se nós estamos em uma empresa pública, como a Carris, que tem que comprar pela Lei nº 8666, aí cada vez que ela vai comprar a frota de ônibus tem que ser naquela que tem o menor preço. Aí, diferentemente de qualquer outra: Transporte Sentinela, Gasômetro, outras que tinham aqui em Porto Alegre e que não tem mais, que podia ir lá numa certa concessionária, na Volvo, ou na Volkswagen ir negociar uma frota de ônibus e comprar toda aquela frota de uma mesma marca e ter uma oficina só, a Carris tem que ter cinco, seis oficinas diferentes. Então, isso é um diferencial competitivo contra a Carris.

O segundo diferencial competitivo: as demagogias do populismo político. Então vão se dando, dando, dando benesses e favores, e o departamento administrativo da Carris é dez vezes maior do que uma empresa privada, porque tem 400 pessoas lá dentro. Não pode demitir ninguém, é um protecionismo, a hora que toca para alguém os outros todos se mobilizam. O que acontece, cedo ou tarde? Morre a galinha dos ovos de ouro, é insustentável. Nos Correios, a mesma coisa; na CEEE, a mesma coisa. O Governo do PT, do Tarso Genro, colocou R\$ 1,6 bilhão na CEEE para tapar o rombo das ações trabalhistas. Há um conluio, um concerto entre determinados escritórios de advocacia com o sindicato para que entrem sempre com determinadas ações coletivas contra a CEEE. E essas ações são no valor de R\$ 200 milhões, R\$ 300 milhões. Aí o cara vai lá e bota, cada um, R\$ 50 mil, R\$ 60 mil no bolso. Está muito legal, está matando a empresa, está dilapidando a empresa, Paulinho. No médio e no longo prazo, isso é insustentável. E é isso que a sociedade está vendo. Aí a sociedade começa a se

perguntar: “Será que eu, como cidadão, quero pagar mais impostos para sustentar aquela determinada corporação com seus benefícios e privilégios?” Será que nós, porto-alegrenses, queremos pagar R\$ 54 milhões por ano de déficit operacional da Carris? Então, daqui a pouco mais, vamos ter que fazer um plebiscito para perguntar para o cidadão se ele quer bancar isso. Quem é que está se beneficiando disso? É a corporação que está lá dentro? Ou as corporações tornam as empresas autossustentáveis e competitivas dentro do padrão de mercado, ou nós temos que privatizar, é óbvio! E não é fazer esse discurso fundamentalista de privatizar, é pela questão da sustentabilidade. E aí, nesse aspecto, não dá para o cidadão ficar pagando.

Então, acho que essa é uma discussão que tem aí já no concerto das nações uns 30, 40 anos, desde que a Margaret Thatcher assumiu o poder lá na Inglaterra. E tem exemplos bons e exemplos ruins, eu acho que discutir, conversar, mas, para além de conversar, conseguir construir consenso e avançar nessas questões e privatizar onde tem que ser privatizado é algo fundamental para a sociedade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PAULINHO MOTORISTA (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, logo após a votação do Requerimento nº 198/17, passar à discussão e votação do PLL nº 232/17 e do PR nº 047/17. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Paulinho Motorista. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O SR. JOÃO BOSCO VAZ (Requerimento): Sr. Presidente, solicito que seja priorizado o PLL nº 101/17 na ordem de votação da Ordem do Dia na próxima Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. João Bosco Vaz. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento nº 198/17. (Pausa.) O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 198/17.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Boa tarde, colegas. Eu gostaria de dizer que estou surpreso, mas não estou. Na hora de votar as frentes parlamentares, é muito comum nesta Casa que se vote a favor das frentes parlamentares para que se faça o debate. Aliás, muitas vezes eu lembro de Vereadores do PT e do PSOL me pedindo para votar a favor das suas frentes – frente em defesa de estatais, frente de defesa do Banrisul, etc, etc –, e eu votei, porque isso é democrático, faz parte da democracia ter espaços para debater. Agora, não me surpreende que, na hora de votar uma frente

parlamentar das quais ele ideologicamente discordam – ideologicamente discordam... Na prática, o Ver. Valter trouxe um exemplo muito bom do Aeroporto de Brasília. Quem desestatizou o Aeroporto de Brasília? Presidente Dilma, do PT. Ideologicamente eles discordam, mas, na hora que precisam fazer, eles fazem. Na hora que precisa votar a favor das suas frentes, eles dizem: “É democrático, votem com a gente, para a gente ter espaço de debate”, mas, como ideologicamente vai ficar difícil, de repente, de explicarem para suas militâncias, eles precisam votar contra agora, fazer discurso e se manifestar contrários a essa Frente Parlamentar, que está, sim, visando a um debate democrático sobre ferramentas de gestão pública. Por isso, meu voto é a favor da frente. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 198/17.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu subo à tribuna, encaminhando no tempo do meu partido, o PSOL, portanto, falo em nome do Ver. Marcelo Rocha e da Ver.^a Karen. Por princípio, eu não sou contra frentes parlamentares, eu as incentivo, apoio e voto favoravelmente. Esta, no entanto, vou votar contrariamente. Justifico: uma frente expressamente pela desestatização prevê justamente ou, pelo menos, tem um viés de debate não para a construção, não para a divergência, não para o contraditório e, sim, apresentando um viés para o fundamento com o qual ela foi protocolada. É uma frente ideológica. Eu não posso, portanto, ferir os meus princípios e os daqueles que me confiaram os seus votos para representá-los e apoiar algo desse tipo. Portanto, o meu voto, como Líder do meu partido, é contrário à proposição dessa Frente Parlamentar. Eu votei favorável à Frente Parlamentar pela Desburocratização, muito embora boa parte dos debates feitos com este viés visa justamente o enfraquecimento do poder das leis que amparam certos direitos, mas, mesmo assim, fui favorável. E eis que a mesma Frente, em uma de suas reuniões, amparou um debate e justificou a negativa do Ver. Moisés Maluco do Bem e do seu projeto liberando a ação da motosserra no Município de Porto Alegre, quando nós questionamos que este projeto de lei não havia passado pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente, não havia sido objeto de audiência pública e não passou pela Comissão de Saúde e Meio Ambiente –COSMAM desta Casa Legislativa, vindo à votação pelo art. 81 do Regimento. A justificativa foi que houve debate, mas o debate foi a Frente da Desburocratização, que não é a instância para fazer este tipo de debate sério no Município de Porto Alegre.

Portanto, uma frente com este viés, obviamente, tem a finalidade de abrir um precedente para, justamente, como temos muitas frentes, dividir, e muito provavelmente servirá para justificar a presença de alguns projetos neste plenário sem a devida discussão, sem o devido cuidado, sem o devido zelo e com – me perdoem o peso das palavras – uma grande dose de irresponsabilidade. Portanto, por questões de

princípios, eu vou votar contrariamente a esta Frente Parlamentar. É a minha primeira votação contrária a uma frente parlamentar neste Parlamento, principalmente por conta dos meus princípios. Um grande abraço, e peço desculpas ao Ver. Ricardo Gomes.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Dr. Marcelo Rocha está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 198/17, pela oposição.

O SR. DR. MARCELO ROCHA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu vou ler o Requerimento (Lê.): “É objetivo desta frente debater o tema da desestatização como um modelo viável e frutífero para resolver problemas públicos por meio do apoio da iniciativa privada”. Então, esta é uma frente que nasce já com o debate pré-pronto. Não é uma frente que nasce: “Ah, nós vamos, a partir de agora, debater modelos de desestatização”. Não, é uma frente que nasce para debater o modelo de desestatização como um modelo viável. Portanto, eu acho que não se sustenta o argumento do colega, com todo o respeito, de que nós vamos debater. Não, até porque, se eu votar a favor da constituição dessa frente, eu estou dizendo que este Parlamento quer debater o tema da desestatização como um modelo viável e frutífero. E eu não acredito nisso. É contra, como o Ver. Alex colocou, os meus princípios o que está colocado neste Requerimento. Eu acho, Ver. Ricardo, que existem diversas maneiras para o senhor colocar este debate. Eu acho que o senhor pode chamar um debate pelo seu mandato. Eu vou votar seguindo a orientação da nossa bancada, com bastante certeza, vou votar “não”, e sugiro que o senhor faça este debate. É sempre importante a gente debater, mas eu acho que, do jeito como está colocado aqui, nós temos uma frente que já nasce com seu objetivo pronto e que, a partir desse objetivo, vai colocar pautas e projetos para a cidade, nos quais eu não acredito.

Eu acho, inclusive, que, pela maneira como as coisas são colocadas no nosso País, a gente tem diversos exemplos de como essas coisas acabam dando erradas. O exemplo do Rio de Janeiro na questão da saúde é um exemplo símbolo disso tudo. Na saúde do Rio de Janeiro, entregaram toda a gestão de recursos humanos para as chamadas Organizações Sociais, as OSs. Parecia que estava muito bom, parecia que estava muito bem. E, neste ano, o Prefeito Marcelo Crivella estava para fechar 40 clínicas da família e deixar mais de um milhão de pessoas sem o seu atendimento primário de saúde, em virtude, exatamente, do descontrole que essas Organizações Sociais tiveram na gestão pública.

Eu acho que a gente devia estar fazendo o debate, em primeiro lugar, do controle público, do controle do povo sobre o que é feito no setor público e no setor privado, que presta serviço para a população. Esse é o debate inicial que a gente tinha que fazer. O Ver. Ricardo colocou aqui que há casos de órgãos públicos que operam de maneira deficitária, onerando a população e deixando a desejar nos serviços que entrega. Por que isso acontece? Eu acho que esse debate tem que ser feito: por que isso acontece? Lembrando, é claro, que uma empresa pública não serve para gerar lucro. A

natureza da empresa pública é prestar serviço à população, por isso que ela é pública, ela é do povo – prestar serviço à população. A gente tem que debater por que a Carris, que era modelo até o início deste século, era modelo nacional de transporte público, hoje é deficitária? A gente tem que debater os CCs que estão lá na Carris ganhando dez vezes mais do que o motorista de ônibus, quando muitas vezes sequer compreendem o que é uma empresa de transporte público! A gente tem que debater por que pessoas que estão ligadas a pessoas que estão em determinados lugares de poder são CCs, por exemplo, da parte de saúde da mulher na Secretaria Municipal de Saúde, mas se formou em direito? Esse é um debate que tem que ser feito. Isso onera o setor público. As empresas públicas são deficitárias por esse motivo, não é por outro. Então eu acho que a gente tem que fazer um debate um pouquinho mais profundo dessas coisas antes de propor uma frente já com esse viés, que, para mim, ela está absolutamente viciada. Então, meu voto será “não”, que sejam feitos os debates, mas que eles não sejam enviesados desde o começo.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Prof. Alex Fraga, o Requerimento nº 198/17. (Pausa.) (Após apuração nominal.) (Pausa.) **APROVADO**, por 13 votos **SIM** e 06 votos **NÃO**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 2119/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 232/17, de autoria do Ver. Paulinho Motorista, que denomina Rua Gerônimo Monteiro de Souza o logradouro não cadastrado conhecido como Rua Oito Mil, Oitocentos e Sete, localizado no Bairro Chapéu do Sol.

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Rodrigo Maroni: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 20-11-17 por força do art. 81 da LOM.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em discussão o PLL nº 232/17. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 2296/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 047/17, de autoria do Ver. Dr. Goulart, que concede a Comenda Porto do Sol ao senhor Cláudio Pires Ferreira.

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Dr. Thiago: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 20-11-17 por força do art. 81 da LOM.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em discussão o PR nº 047/17. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Esta Presidência faz um Requerimento solicitando a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLL nº 283/16. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 2757/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 283/16, de autoria da Mesa Diretora, que revoga a Lei nº 11.458, de 3 de julho de 2013, que estabelece normas para a concessão de gratificação para servidores designados para integrar ou secretariar grupo de trabalho ou comissão administrativa, de sindicância ou de inquérito administrativo, conforme o disposto no art. 49 da Lei nº 5.811, de 8 de dezembro de 1986, e alterações posteriores, bem como comissão especial de licitação, designada na forma do art. 51 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, ou para ministrar treinamento a servidores, no âmbito deste Legislativo, conforme o disposto no art. 111 da Lei Complementar nº 133, de 31 de dezembro de 1985, e alterações posteriores, e revoga a Resolução nº 793, de 15 de dezembro de 1983, e as Resoluções de Mesa nºs 172, de 2 de junho de 1997, e 173, de 3 de junho de 1997.

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Luciano Marcantônio: pela inexistência de óbice de natureza

jurídica para a tramitação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 06-09-17 por força do art. 81 da LOM.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em discussão o PLL nº 283/16. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 283/16.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Boa tarde a todos e a todas, eu ocupo a tribuna pela primeira vez nesta tarde, quero parabenizar o Ver. Marcelo, a Ver.^a Karen e a Ver.^a Reginete por assumirem aqui e tornarem o Parlamento do Município mais democrático, para ficar apenas nesse elogio, que talvez englobe os demais.

Também quero, antes de entrar no tema específico, dizer que votamos contrariamente à Frente Parlamentar proposta pelo Ver. Ricardo Gomes porque ela já traz em si uma opinião, quando, na verdade, as frentes parlamentares deveriam discutir, da forma mais neutra possível, pelo menos no título. Depois, obviamente, que cada Vereador que quiser compor e tiver a sua opinião – e deve tê-la, nós temos que ter opinião –, pode exprimi-la, mas trazer no título e na fundamentação já todo um posicionamento mostra que, na verdade, é uma frente parlamentar que já nasce com opinião, e, aí, temos um problema, Ver. Nedel. Eu me lembro que propus uma frente parlamentar aqui, Ver. Tarciso, que se chamava Frente Parlamentar para Debater o Plano de Mobilidade Urbana, e nem por isso eu coloquei no título – claro que me posicionei –, mas nascia com esse tema, que era convidativo para todas as opiniões, e não apenas uma.

Especificamente em relação ao projeto, apesar da sua explicação, Sr. Presidente, nós estamos aqui, justamente hoje – até quarta-feira, a Ver.^a Sofia Cavedon, que é a nossa Líder, não está presente –, quando o senhor colocou a questão de que já foi debatido por todos os Líderes. O projeto estava lá no fim da fila, acabou sendo puxado para ser votado agora. Eu aprendi que nunca nada é simples, porque pode ter outras questões que envolvam o tema. Então não estou aqui me posicionando de forma contrária, e acredito que o Ver. Oliboni, o Ver. Adeli Sell e a Ver.^a Reginete também são da mesma opinião. Estamos, neste momento, digamos assim, de certa forma, surpreendidos pelo tema. Não é um tema que nós tínhamos estudado, e não temos problema nenhum em admitir isso – são mais de 30 projetos que estão aí para serem votados. O projeto foi trazido para ser votado agora, mas nós temos dúvidas. Então, eu pediria para o plenário, já que vejo aqui que muitos também têm essa dúvida – tanto é que foi necessário que o Presidente explicasse do que se tratava –, para nós encerrarmos a Sessão hoje, estudarmos até quarta-feira, para votarmos na quarta-feira. Então é basicamente isso. Não somos contrários, mas nos sentimos desconfortáveis em votar algo que pode parecer singelo como pode ter outras complexidades, que, neste momento, nós não conseguimos dimensionar. Então eu pediria – não encaminhando aqui só em nome da bancada – que os demais Vereadores compreendessem isso. Acho que não

muda nada votarmos; se está em desuso, se já faz muitos anos, se já está desatualizado, não vai ser por uma questão de dois dias que vai fazer alguma diferença. Então é um pedido que eu faço ao conjunto dos Vereadores que se encontram ainda no plenário. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Bem, como é de autoria da Mesa, eu faço um Requerimento solicitando o adiamento da votação do PLL nº 283/16 por duas Sessões.

Ver. Marcelo, não aceito V. Exa. vir à tribuna e dizer que estava no final e foi chamado para o início. Esse projeto está há muito tempo priorizado, é o quinto da Ordem do Dia. Não foi a nossa intenção pegar ninguém desprevenido.

Em votação o Requerimento de autoria desta Presidência. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. **APROVADO.**

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 18h03min): Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 2954/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 329/17, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Nilton Claudio Carvalho Belsarena.

2ª SESSÃO

PROC. Nº 2615/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 041/17, de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, que altera os limites da Subunidade 1 da Unidade de Estruturação Urbana (UEU) 17 da Macrozona (MZ) 7 e das Subunidades 1 e 3 da UEU 48 da MZ 8, cria a Subunidade 2 da UEU 17 da MZ 7 e define seu regime urbanístico, nos Anexos 1.1 e 1.2 da Lei Complementar nº 434, de 1º de dezembro de 1999 – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA) –, e alterações posteriores.

PROC. Nº 2572/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 281/17, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que determina a distribuição de perucas às pessoas com alopecia causada pelo tratamento de quimioterapia.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.
Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h04min.)

* * * * *